

VLI S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Índice

Mensagem do Presidente	3
Relatório da administração	4
Balanço Patrimonial	6
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração dos Fluxos De Caixa	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

1 - Mensagem do Presidente

O ano de 2017 foi de conquistas, reflexões importantes e muito aprendizado. Com um aumento de 19% no volume de ferrovias e 42% no volume de portos em relação a 2016, alcançamos receita e EBITDA recordes na VLI, representando um importante salto da companhia. No agronegócio, a recuperação da safra trouxe forte demanda de transporte de grãos e açúcar para o nosso sistema.

O EBITDA da VLI cresceu 22%, refletindo em um lucro líquido 7% maior em relação a 2016. O resultado positivo confirma a necessidade e a importância da busca pela execução disciplinada do volume e o foco na redução de custos, mantendo nossa política de austeridade de gastos.

Seguindo o nosso Plano de Negócios, no ano passado foram entregues praticamente 100% das obras de expansão de capacidade do novo Tiplam (SP), ampliando de forma significativa a exportação de grãos e açúcar da VLI e do Porto de Santos (SP). Além disso, construímos novos pátios, postos de abastecimento e toda infraestrutura ferroviária planejada, garantindo o crescimento previsto na estratégia da VLI para os próximos anos.

Para 2018, queremos que a maturidade e experiência adquiridas ao longo de nossa trajetória sejam inspiração para a continuidade da nossa proposta de valor. Dedicaremos ainda mais esforços para que nossas soluções possam criar valor compartilhado para clientes, empregados, comunidades e parceiros da VLI.

Marcello Magistrini Spinelli
Diretor-Presidente

2 - Relatório da administração

1. Síntese do Resultado 2017

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais						
(em Milhões de R\$)	2013	2014	2015	2016	2017	Δ
Receita Bruta	3.096	3.669	4.060	4.163	5.135	23%
Receita Líquida	2.629	3.210	3.491	3.554	4.499	27%
EBITDA	638	1.075	1.354	1.471	1.800	22%
Resultado Exercício	326	295	431	291	314	8%
Volume Ferrovia (Milhões de TKU)	29.732	32.157	34.850	32.212	38.184	19%
Volume Ferrovia (Mil de TU)	46.429	48.862	50.020	48.115	57.166	19%
Volume Porto (Mil de TU)	24.592	27.415	29.016	25.540	36.328	42%
Dívida Líquida	0	0	2.147	3.998	4.290	7%
Margem EBITDA	24,3%	33,5%	38,8%	41,4%	40,0%	-1,4 p.p
Margem Líquida	12,4%	9,2%	12,3%	8,2%	7,0%	-1,3 p.p
Dívida Líquida / EBITDA	0,00	0,00	1,59	2,72	2,38	-

Num cenário mercadológico nacional e internacional mais estável se comparado a 2016, em 2017 a VLI obteve um crescimento de 22% no EBITDA. Este resultado se deve a retomada do crescimento do agronegócio no Brasil, com recorde de safra e na otimização dos recursos financeiros e materiais da companhia.

O Lucro Líquido teve aumento de 8% em relação ao ano anterior, impactado pela melhoria na performance operacional.

Nas ferrovias, a redução do custo variável unitário em relação a 2016 foi de 6,4% refletindo os ganhos em produtividade e melhoria de processos para redução do consumo de diesel.

Nos portos, a redução do custo variável unitário em relação a 2016 foi de 27,5%, principalmente devido ao aumento de volume e operações mais eficientes e a negociações contratuais.

2. Investimentos

Em 2017, a VLI manteve a curva de realização dos investimentos previstos em seu Plano de Negócios. Os investimentos somaram R\$ 1,039 bilhão em 2017, sendo R\$ 526 milhões para a execução de projetos de expansão de capacidade e R\$ 513 milhões para manutenção das operações existentes.

O ano de 2017 foi fundamental para a consolidação dos projetos previstos no Plano de Negócios da VLI, com avanço físico significativo da carteira, como Pátio de Paulínia e Pátio de Ribeirão Preto. Destacamos também o avanço do Pátio de Imperatriz cujo objetivo é atender o crescimento do volume de produtos transportados na Ferrovia Norte Sul. Além dos projetos citados, cabe citar o Programa de Ponta da Madeira, em São Luis-MA, a entrega para a operação do posto de abastecimento do Complexo Mineral Patrocínio, alça e ponte de Ibiá, ambos em Minas Gerais.

Com o objetivo de criar uma nova alternativa portuária em Santos, o projeto de expansão do TIPLAM complementa a integração logística do corredor Centro-Sudeste, com terminais integradores e a capacitação ferroviária, ampliando sua capacidade de exportação de grãos e açúcar e de importação de fertilizantes. Durante o ano de 2017 entraram em operação os Armazéns 2 e 4 (Grãos e Açúcar) e Berço 3. Foram finalizadas as obras do Armazém de Fertilizantes e Berço 4, previstos entrarem em operação em fevereiro de 2018 com todas as licenças liberadas.

3. Gestão de Pessoas

O ano de 2017 foi importante para os processos de Gestão de Pessoas da VLI, trazendo resultados expressivos, especialmente nas frentes de Educação e Cultura. Em educação foi a ano recorde de ações de desenvolvimento executadas na companhia, com a implantação do sistema de treinamento e desenvolvimento que facilitou o formalização e registro das ações educacionais. O Projeto Cultura atua como grande agente transformador fazendo com que nossos colaboradores compreendam melhor as fortalezas e as oportunidades para o alcance da estratégia e de resultados sustentáveis.

4. Responsabilidade Social

A VLI aposta no desenvolvimento econômico alinhado à promoção social e à geração de valor para todos os seus públicos de relacionamento. Em 2017, investimos mais de R\$5 milhões em projetos de educação, esporte e promoção da saúde. Ao todo foram 500 professores capacitados, mais de 8.800 crianças e adolescentes beneficiados e mais de 1.300 idosos envolvidos em iniciativas promovidas pela VLI.

Além do investimento social, mantemos um diálogo permanente com as comunidades através do Programa de Visitas e do nosso canal de relacionamento.

5. Meio Ambiente

O respeito às comunidades, o desenvolvimento contínuo de novas formas de reuso e reaproveitamento de recursos, o fortalecimento de práticas cada vez mais sustentáveis, a inovação em sistemas de gestão e a disseminação de informações sobre as melhores condutas em relação ao meio ambiente são algumas das ações empreendidas pela empresa em seus diversos fluxos operacionais.

Em 2017 foi ampliado o programa Selo Verde (adequação das edificações ao conceito de Edificação Eficiente), trazendo otimização no uso de recursos naturais com iniciativas que reduzem impactos ambientais e promovem a sustentabilidade ambiental. Além disso, foi entregue a primeira usina de energia fotovoltaica que evitará, em 25 anos, a emissão de 102 toneladas de gás carbônico e o corte de 410 árvores.

A VLI também mantém em operação projetos relacionados a emissão de Ruídos e Vibrações, Emissões Atmosféricas, monitoramento da qualidade do Ar e Educação Ambiental.

6. Auditores Independentes

A política de atuação do Grupo na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR do Grupo.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2018.
A Administração

3 - Demonstrações financeiras

VLI S.A.

3.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016.

Em milhares de Reais		Consolidado		Controladora	
Notas	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.5	1.410.559	448.084	29.865	4.052
Contas a receber	4.6	539.623	427.494	227	12.845
Outros ativos financeiros	4.32 (e)	958	-	-	-
Estoques	4.8	112.085	72.503	-	-
Tributos a recuperar	4.9	151.945	187.950	223	4.093
Tributos antecipados sobre o lucro	4.9	20.400	26.222	562	3.078
Dividendos a receber	4.11	-	-	174.182	153.129
Sinistros a recuperar	4.10	338	103.243	-	-
Demais ativos	4.10	114.053	79.340	2.913	2.671
		2.349.961	1.344.836	207.972	179.868
Não circulante					
Contas a receber	4.6	556.682	572.904	33	33
Depósitos judiciais	4.12	242.202	254.896	230	121
Tributos a recuperar	4.9	310.198	260.373	23.239	16.717
Tributos diferidos sobre o lucro	4.29 (a)	240.188	226.855	2.852	2.730
Contas a receber da RFFSA (União)	4.12 (a)	89.860	87.230	-	-
Sinistros a recuperar	4.10	74.018	-	-	-
Demais ativos	4.10	173.328	129.262	1.820	3.639
Investimentos	4.13	4	-	8.858.768	8.728.033
		6.974.547	6.939.059	7.392	7.753
Imobilizado	4.14	6.974.547	6.939.059	7.392	7.753
Intangível	4.15	5.728.460	5.333.773	17.238	18.076
		14.389.487	13.804.352	8.911.572	8.877.102
Total do ativo		16.739.448	15.149.188	9.119.544	8.956.970
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	4.17	425.841	414.555	-	-
Debêntures	4.17	22.530	23.958	-	-
Leasing	4.18	-	33.059	-	-
Fornecedores	4.16	455.437	626.461	566	668
Contas a pagar	4.16	447.811	168.216	-	-
Outros passivos financeiros	4.32	4.998	-	-	-
Tributos a recolher	4.19	46.223	38.373	76	229
Tributos a recolher sobre o lucro	4.19	21.059	7.440	-	194
Obrigações sociais e trabalhistas	4.20	168.757	91.074	3.848	1.600
Arrendamentos, concessões e subconcessão	4.21	37.880	50.059	-	-
Dividendos propostos	4.23	74.114	168.582	74.114	166.164
Demais passivos	4.22	82.144	98.970	230	224
		1.786.794	1.720.747	78.834	169.079
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	4.17	4.696.337	3.462.387	-	-
Debêntures	4.17	555.493	545.319	-	-
Fornecedores	4.16	8.586	16.075	-	-
Tributos diferidos sobre o lucro	4.19	38.437	17.963	-	-
Provisão para processos judiciais	4.12	55.751	45.081	50	-
Benefícios a empregados	4.31.1	116.050	69.309	54.681	32.850
Arrendamentos, concessões e subconcessão	4.21	171.690	172.161	-	-
Demais passivos	4.22	24.086	52.313	458	558
		5.666.430	4.380.608	55.189	33.408
Patrimônio líquido					
Capital social	4.24	8.069.091	8.069.091	8.069.091	8.069.091
Ajustes de avaliação patrimonial		(27.527)	(20.619)	(27.527)	(20.619)
Reservas de capital		(13.281)	(13.281)	(13.281)	(13.281)
Reservas de lucros		957.238	719.292	957.238	719.292
		8.985.521	8.754.483	8.985.521	8.754.483
Participação dos não controladores	4.13.3	300.703	293.350	-	-
Patrimônio líquido		9.286.224	9.047.833	8.985.521	8.754.483
Total do passivo e patrimônio líquido		16.739.448	15.149.188	9.119.544	8.956.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI S.A.
3.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016.

Em milhares de Reais	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida de serviços prestados	4.25	4.499.330	3.553.651	-	-
Custo dos serviços prestados	4.26	(3.837.593)	(3.173.474)	-	-
Lucro bruto		661.737	380.177	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	4.27(b)	(12.676)	(14.727)	-	(1.638)
Gerais e administrativas	4.27(a)	(165.335)	(126.701)	(29.829)	(20.966)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.27(c)	220.486	286.014	28.693	22.591
		42.475	144.586	(1.136)	(13)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		704.212	524.763	(1.136)	(13)
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-	311.809	273.742
Resultado financeiro	4.28	(298.863)	(145.533)	2.521	6.616
Despesas financeiras		(397.627)	(255.086)	(229)	(435)
Receitas financeiras		66.513	68.303	641	4.605
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		32.251	41.250	2.109	2.446
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		405.349	379.230	313.194	280.345
Imposto de Renda e Contribuição Social		(91.517)	(87.545)	(1.134)	1.158
Tributos correntes		(151.059)	(131.614)	(1.256)	(1.572)
Tributos diferidos		7.085	2.397	122	2.730
Incentivos fiscais		52.457	41.672	-	-
Lucro líquido do exercício		313.832	291.685	312.060	281.503
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia		312.060	281.503	312.060	281.503
Participação dos não-controladores		1.772	10.182	-	-
		313.832	291.685	312.060	281.503
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações R\$		35,10	31,66	35,10	31,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI S.A.
3.3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016.

Em milhares de Reais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	<u>313.832</u>	<u>291.685</u>	<u>312.060</u>	<u>281.503</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>313.832</u>	<u>291.685</u>	<u>312.060</u>	<u>281.503</u>
Atribuível a:				
Acionistas do Grupo	312.060	281.503	312.060	281.503
Participação dos não-controladores	<u>1.772</u>	<u>10.182</u>	-	-
	<u>313.832</u>	<u>291.685</u>	<u>312.060</u>	<u>281.503</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI S.A.
3.4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016.

Em milhares de Reais

	Atribuível aos acionistas da controladora						Participação dos não-controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva legal	Reservas Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados			Total
Em 01 de janeiro de 2016 (reapresentado)	8.069.091	(13.281)	35.002	496.689	(18.617)	-	8.568.884	290.952	8.859.836
Impacto da retificação de erros	-	-	-	(25.081)	-	-	-	-	-
Saldo reapresentado em 01 de janeiro de 2016	8.069.091	(13.281)	35.002	471.608	(18.617)	-	8.543.803	290.952	8.834.755
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	281.503	281.503	10.182	291.685
Outros resultados abrangentes									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(2.002)	(1.403)	(3.405)	(5.366)	(8.771)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(2.002)	280.100	278.098	4.816	282.914
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas									
Constituição de reservas	-	-	14.193	198.489	-	(212.682)	-	-	-
Dividendos (a)	-	-	-	-	-	(67.418)	(67.418)	(2.418)	(69.836)
Em 31 de dezembro de 2016	8.069.091	(13.281)	49.195	670.097	(20.619)	-	8.754.483	293.350	9.047.833
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	312.060	312.060	1.772	313.832
Outros resultados abrangentes									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(6.908)	-	(6.908)	5.581	(1.327)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(6.908)	312.060	305.152	7.353	312.505
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas									
Constituição de reservas	-	-	15.603	222.343	-	(237.946)	-	-	-
Dividendos (a)	-	-	-	-	-	(74.114)	(74.114)	-	(74.114)
Em 31 de dezembro de 2017	8.069.091	(13.281)	64.798	892.440	(27.527)	-	8.985.521	300.703	9.286.224

(a) O montante de dividendos mínimos propostos para os acionistas será de R\$ 74.114, que corresponde a R\$ 8,34 por lote de mil ações. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI S.A.
3.5 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016.

Em milhares de Reais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	313.832	291.685	312.060	281.503
Ajustes:				
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(311.809)	(273.742)
Depreciação e amortização	1.096.147	945.792	1.199	1.420
Provisões para perdas e processos judiciais	8.459	(21.585)	(2.116)	-
Despesas (receitas) com variação monetária/cambial	(32.251)	(41.250)	(2.109)	(2.446)
Despesas de arrendamento e concessão	1.825	1.825	-	-
Ganho na alienação de ativo imobilizado	(5.770)	(17.157)	-	-
Baixa de outros ativos	7.956	23.266	-	-
Provisão para baixa de ativos	3.237	-	-	-
Receitas diferidas	(1.667)	(1.667)	(100)	(100)
Despesas financeiras - derivativos	4.998	-	-	-
Ajuste a valor presente	16.688	(6.841)	-	-
Despesas da obrigação de benefícios	43.705	33.224	17.807	14.633
Incentivo fiscal	-	(41.673)	-	-
Tributos diferidos sobre o lucro	(7.085)	(2.397)	(122)	(2.730)
Despesas financeiras - juros s/ empréstimos	342.821	216.551	-	-
Encargos financeiros - leasing	5.646	3.754	-	-
	1.798.541	1.383.526	14.810	18.538
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(93.907)	(163.414)	14.784	(111)
Estoques	(37.767)	(6.436)	-	-
Tributos a recuperar	36.393	30.279	1.961	132
Contas a receber da RFFSA	(294)	-	-	-
Depósitos judiciais	30.556	(21.121)	(100)	(88)
Sinistros a recuperar	28.887	(12.101)	-	-
Demais ativos	(78.024)	(31.411)	1.577	606
Fornecedores	(203.792)	48.503	(100)	(1.525)
Contas a pagar	279.595	125.578	-	-
Tributos a recolher	7.794	26.189	(153)	(70)
Tributos a recolher sobre o lucro	13.619	81.712	(194)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	91.909	(70.785)	2.248	(5.520)
Benefícios a empregados	3.036	4.041	4.024	1.838
Arrendamentos, concessões e subconcessão	(12.179)	4.934	-	-
Demais Passivos	(43.391)	56.747	2	(245)
Caixa líquido gerado pelas operações	1.820.976	1.456.241	38.859	13.555
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(34.629)	(133.623)	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.786.347	1.322.618	38.859	13.555
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento pela venda de imobilizado	5.770	20.212	-	-
Aumento de capital social não controladores	6.845	-	-	-
Aporte de capital em controlada	-	-	-	(156.000)
Compra de ativo imobilizado e intangível	(1.470.759)	(2.743.309)	-	(7)
Dividendos recebidos	-	-	153.118	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.458.144)	(2.723.097)	153.118	(156.007)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos com instituições financeiras	1.569.733	1.064.847	-	-
Pagamentos empréstimos e financiamentos	(420.596)	(58.835)	-	(80)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(299.406)	(144.126)	-	-
Pagamentos de leasing	(38.705)	(43.612)	-	-
Dividendos pagos	(176.754)	(12.309)	(166.164)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicadas nas) atividades financiamento	634.272	805.965	(166.164)	(80)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	962.475	(594.514)	25.813	(142.532)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	448.084	1.042.598	4.052	146.584
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.410.559	448.084	29.865	4.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI S.A.
3.6 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016.

Em milhares de Reais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)
Receitas				
Vendas brutas de serviços	5.110.422	4.161.240	-	-
Outras receitas	512.351	494.074	28.533	23.775
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - reversão/constituição	395	(4.327)	2.166	-
	5.623.168	4.650.987	30.699	23.775
Menos: Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(1.396.116)	(442.256)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.570.430)	(1.977.616)	(2.427)	(931)
Provisão para processos judiciais, líquida de reversões	(17.583)	25.599	(50)	-
Outros	(48.886)	(36.198)	(690)	(772)
	(3.033.015)	(2.430.471)	(3.167)	(1.703)
Valor adicionado bruto	2.590.153	2.220.516	27.532	22.072
Depreciação e amortização	(1.096.147)	(945.792)	(1.199)	(1.420)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.494.006	1.274.724	26.333	20.652
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações societárias	-	-	311.809	273.742
Receitas financeiras e variações cambiais	112.314	128.932	2.785	7.056
	112.314	128.932	314.594	280.798
Valor adicionado total a distribuir	1.606.320	1.403.656	340.927	301.450
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	662.246	512.880	26.699	20.110
Impostos, taxas e contribuições	223.359	329.524	2.033	(275)
Remuneração de capitais de terceiros	406.883	269.567	135	112
Remuneração de capital próprio	313.832	291.685	312.060	281.503
Valor adicionado distribuído	1.606.320	1.403.656	340.927	301.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

4 - Contexto operacional

A VLI S.A. (“VLI” ou “Grupo”), com sede na cidade de São Paulo (SP), tem por objeto social a prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e multimodal, serviços portuários e de agenciamento portuário e em particular, a prestação de serviços de transporte integrando terminais rodo ferroviários, ferrovias e terminais portuários. A prestação destes serviços é realizada por meio de ativos e pessoal próprio, de suas subsidiárias e por contratação de terceiros.

4.1 - Grupo VLI

4.1.1 - VLI Multimodal S.A.

A VLI Multimodal S.A. (“VLI Multi”) com sede na cidade de Belo Horizonte (MG), é controlada pela VLI, que detém 100% do seu capital social, e tem por objeto social as seguintes atividades:

- (i) Prestação de serviços de transporte integrado de cargas, através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si, de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal - OTM;
- (ii) Construção, conservação, manutenção e monitoramento, operação e exploração de ferrovias e;
- (iii) Exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, projetos logísticos para o transporte de carga, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

Em 29 de abril de 2015, a VLI S.A aumentou o capital social da VLI Multi em R\$ 2.336.631, mediante a emissão de 107.006.983 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, relativas a sua participação.

Em 30 de novembro de 2016, foi aprovada em assembleia geral extraordinária a incorporação da VLI Operações Portuárias, nos termos do protocolo de incorporação e justificação, passando a VLI Multi a suceder a incorporada em todos os direitos e obrigações, com a consequente extinção da Companhia incorporada. O acervo líquido patrimonial da incorporação foi de R\$ 1.172.531.

As acionistas da incorporada, em substituição às ações por elas detidas na VLI Operações Portuárias, receberam novas ações na mesma proporção das respectivas participações na incorporada. A relação de substituição de ações da VLI Multi será de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal para cada ação ordinária nominativa e sem valor nominal da incorporada, conforme premissas detalhadas no Protocolo de Incorporação, e mantidas as atuais proporções de participação no capital social da VLI Multi.

Em decorrência da incorporação as seguintes participações acionárias foram transferidas para a VLI Multi:

- VLI Soluções S.A. - 999 (novecentas e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 99,99% (noventa e nove e noventa e nove por cento) do capital social.

- Ultrafértil S.A - 3.975.309 (três milhões, novecentos e setenta e cinco mil, trezentos e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, das quais VLI Multimodal S.A. possui 3.295.016 (três milhões, duzentos e noventa e cinco mil e dezesseis) ações representativas de 82,89% (oitenta e dois e oitenta e nove centavos por cento) do capital social.

4.1.2 Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

A Ferrovia Centro Atlântica S.A. (“FCA”, ou “Ferrovia Centro Atlântica”), é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Belo Horizonte (MG), tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário. A FCA é controlada direta da VLI Multimodal S.A., que detém 99,99% de seu capital social.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026 podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a FCA celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026 renovável por mais 30 anos.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferroban (doravante denominada “Ferroban”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista.

No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo imobilizado os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferroban relativo ao direito de exploração da Malha Paulista. A FCA vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferroban.

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da ANTT, que autoriza a FCA a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolveria um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis. Em maio de 2016, através da resolução 5101, a ANTT revogou a devolução dos trechos economicamente viáveis. A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente serão desativados somente após a realização de novas licitações. Os trechos envolvidos conforme a resolução são os seguintes:

I - Trechos antieconômicos:	II- Trechos economicamente viáveis:
1. Paripe (BA) - Mapele (BA)	8. Alagoinhas (BA) - Juazeiro (BA)
2. Ramal do Porto de Salvador	9. Alagoinhas (BA) - Propriá (SE)
3. Sabará (MG) - Miguel Burnier (MG)	10. Cachoeiro de Itapemirim (ES) - Vitória (ES)
4. Barão de Camargos (MG) - Lafaiete Bandeira (MG)	11. Barão de Angra (RJ) - Campos dos Goytacazes (RJ) - Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo Recreio - Cataguases
5. Biagópolis (SP) - Itaú (MG)	12. Visconde de Itaboraí (RJ) - Campos dos Goytacazes (RJ)
6. Ribeirão Preto (SP) - Passagem (SP)	13. Corinto (MG) a partir do km 1.015 + 000 - Alagoinhas (BA)
7. Cavarú (RJ) - Ambaí (RJ)	

Em 21 de janeiro de 2016 a ANTT definiu, através da Deliberação nº 29, diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A. no trecho Centro-Leste. A

Agência deliberou diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal.

As principais diretrizes apresentadas foram:

- O valor total autorizado para a execução das obras constantes do Anexo I, da Deliberação ANTT nº 284/2015, deverá corresponder ao valor da indenização atualizado, considerando inicialmente a data base de março de 2012.
- Cada obra será registrada em conta contábil específica, respeitado o Plano de Contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Ferroviária Federal, de forma que permita o controle e fiscalização por parte da Agência.
- O registro da baixa contábil do bem será pelo valor efetivamente incorrido pela FCA para a execução da obra, e se dará mediante a Quitação da Obra, que ocorre com a conclusão, recebimento pela ANTT e transferência de propriedade.
- Para o controle do saldo da indenização deverá ser observado o valor autorizado para a execução da obra que será atualizado pela variação do IPCA a partir da data-base informada no Ato Autorizativo, até o final do prazo definido para a Quitação da Obra.
- A Concessionária deverá divulgar em notas explicativas às Demonstrações Financeiras, demonstrativo atualizado contendo o saldo da indenização, de modo que fiquem evidenciados as seguintes informações: valor inicial da indenização a preços de março de 2012, valor da atualização, valor dos bens dados em pagamento no período e saldo devedor atualizado.

Em 29 de dezembro de 2016, em atendimento ao ofício enviado pela Superintendência de Acompanhamento de Empresas da B3 S.A., a FCA comunicou fato relevante ao mercado que sua administração submeteu à Assembleia Geral, que deliberou sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2016, proposta acerca do grupamento das ações como procedimento para enquadrar a cotação das ações, nos termos do item 5.2.f do Regulamento para listagem de emissores e admissão à negociação de valores mobiliários da B3 S.A, que versará sobre o procedimento proposto para o grupamento, fator de grupamento a ser utilizado, o tratamento que será dado às frações e a composição do capital social da FCA após o grupamento.

O fator de grupamento será calculado de modo a garantir que o patamar de cotação das ações de emissão da FCA fique conforme sugerido pela B3 S.A. na Orientação sobre Procedimentos para Grupamento de Valores Mobiliários ("Orientação"). Será assegurado a eventuais detentores de frações de ações da FCA em decorrência do grupamento, no mínimo, uma nova ação, por meio do tratamento de frações a ser disposto na proposta da administração. O grupamento das ações da Companhia visa mitigar o risco de volatilidade excessiva da cotação das ações de emissão da Companhia em razão do seu baixo valor atual de negociação na B3 S.A., bem como adequar a cotação das ações da Companhia, conforme previsto no Regulamento e na Orientação, e nos termos do Ofício, a fim de que o valor de cada ação negociada seja superior a R\$1,00.

4.1.3 Ferrovia Norte Sul S.A.

A Ferrovia Norte Sul S.A. ("FNS") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007, sendo regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A FNS tem sede na Cidade de São Luís (MA) e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão, com duração de 30 anos.

A FNS tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a FNS e a VALEC - Engenharia Construções e Ferrovias S.A. ("VALEC"), sociedade por ações controlada pela União

Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão, entre Açailândia (MA) e Palmas (TO).

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI Multimodal S.A. assumiu integralmente o controle acionário da Ferrovia Norte Sul S.A, mediante conferência ao capital social da VLI Multimodal S.A. pela VLI S.A. de 357.565.023 ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A. e de propriedade da VLI S.A., para integralização de 18.524.575.139 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da VLI Multimodal S.A. emitidas na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2015.

4.1.4 VLI Operações Portuárias S.A.

A VLI Operações Portuárias S.A. (“VOP”) foi constituída em 11 de outubro de 2010, com sede na cidade de Belo Horizonte (MG), tendo iniciado suas atividades operacionais em janeiro de 2012. É controlada pela VLI S.A., que detém 99,99% do seu capital social, tendo como atividades preponderantes:

- (i) Construção, operação e exploração de terminais marítimos próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e também provendo serviços de apoio a navios na área do porto;
- (ii) Explorar, com embarcações próprias ou alheias, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas em geral, inclusive navegação de apoio portuário;

A partir de 30 de novembro de 2016, como resultado da incorporação societária e com a consequente extinção da VLI Operações Portuárias S.A., todas as operações e atividades foram transferidas para a VLI Multimodal S.A., que passou a suceder a VOP em todos os seus direitos e obrigações, sem qualquer solução de continuidade.

4.1.5 TUF Empreendimentos e Participações S.A

A TUF Empreendimentos e Participações S.A. (“TUF”) é uma sociedade por ações e foi constituída em 27 de março de 2012, com sede na cidade de Belo Horizonte (MG), tendo por objeto social:

- (i) Construção, operação e exploração de terminais marítimos próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, bem como a provisão de serviços de apoio a navios na área do porto;
- (ii) Exploração do comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas em geral, inclusive navegação de apoio portuário; a exploração, direta ou indiretamente, de serviços de transporte e movimentação de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias próprias e de contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

Incorporação societária reversa da TUF Empreendimentos e Participações S.A. (TUF)

A partir de 29 de dezembro de 2017, como resultado da incorporação societária e com a consequente extinção da TUF Empreendimentos e Participações S.A., todas as operações e atividades foram transferidas para a Ultrafértil S.A, que passou a suceder a TUF em todos os seus direitos e obrigações sem qualquer solução de continuidade.

As acionistas da incorporada, em substituição às ações por elas detidas na TUF Empreendimentos e Participações S.A., receberam novas ações na mesma proporção das respectivas participações na incorporada. A relação de substituição de ações da Ultrafértil S.A. será de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal para cada ação ordinária nominativa e sem valor nominal da incorporada, conforme premissas detalhadas no Protocolo de Incorporação, e mantidas as atuais proporções de participação no capital social.

ULTRAFERTIL S.A. Quadro societário após a Incorporação			
ACIONISTA	AÇÕES (unidades)	VALOR (em milhares de Reais)	PARTICIPAÇÃO (%)
Vale Fertilizantes S.A.	680.293	R\$ 209.071	17,11%
VLI Multimodal S.A.	3.295.016	R\$ 1.012.850	82,89%
TOTAL	3.975.309	R\$ 1.221.921	100%

Consórcio TMIB

Em 15 de março de 2013 foi celebrado um contrato, entre a Petróleo Brasileiro S.A - "Petrobras" e a VLI Operações Portuárias S.A - "VLI", que teve por objeto a constituição de um Consórcio através da união de ativos, recursos técnicos, humanos e financeiros das consorciadas, visando a operação comercial do Terminal Marítimo Inácio Barbosa - TMIB.

O TMIB é um terminal portuário privativo de uso misto, localizado no km 22 da Rodovia SE 226, no Estado de Sergipe, de propriedade da Petrobras, cujo a execução do serviço de operação encontra-se sob a responsabilidade da Vale S.A. conforme contrato operacional datado de 13 de dezembro de 2004.

4.1.6 Ultrafertil S.A

A Ultrafertil S.A. ("Ultrafertil") é uma Companhia operacional que tem por atividades principais a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado, utilizadas na movimentação e/ou armazenamento de carga própria e de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e de demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privado misto. Constituída como uma "Sociedade Anônima" domiciliada no Brasil, com sede no município de Belo Horizonte (MG), as ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A partir de 29 de dezembro de 2017, como resultado da incorporação societária e com a consequente extinção da TUF Empreendimentos e Participações S.A., todas as operações e atividades foram transferidas para a Ultrafertil S.A, que passou a suceder a TUF em todos os seus direitos e obrigações sem qualquer solução de continuidade.

4.2 - Base de preparação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada em 27 de fevereiro de 2018, pela Administração do Grupo, as quais serão submetidas para aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

a) Declaração de conformidade e preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração do Grupo, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O Grupo preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras do Grupo incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

1) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial do Grupo, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira do Grupo, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

i. Redução do valor recuperável de ativos - A administração do Grupo adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".

ii. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - O Grupo reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual o Grupo espera geração de benefícios econômicos.

iii. Provisão para processos judiciais - O Grupo constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

iv. Tributos diferidos sobre o lucro - O Grupo reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, o Grupo avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

v. Benefícios de planos de previdência privada - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

2) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis do Grupo

Concessão e subconcessão

O Grupo segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão e a subconcessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação

desses serviços. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração do Grupo, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- i. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- ii. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- iii. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido.
- iv. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- v. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, da concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, o Grupo considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

d) Pronunciamentos contábeis emitidos que não estão em vigor

IFRS 15

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A alteração do IFRS 15 aborda o tema de reconhecimento de receitas oriundas de vendas de mercadorias, produtos acabados e prestação de serviços. Esta nova norma não irá gerar impactos sobre as rotinas e procedimentos adotados para registrar e reconhecer receitas de serviços de transportes ferroviários de cargas e, também, para serviços portuários prestados pelo Grupo VLI, sendo que todos os contratos de prestação de serviços de transportes ferroviários de cargas e também para serviços portuários foram avaliados considerando o IFRS 15.

O Grupo VLI realizou as análises considerando as 4 fases da metodologia de aplicação:

1 - Identificação do contrato

Para fins de análise e diagnósticos da nova norma sobre receitas, avaliamos de forma abrangente todos os contratos padrões, celebrados para auferir receitas com: transporte ferroviário de cargas, incluindo as cláusulas de penalidades (ToP); estadia de vagões; tráfego mútuo; direitos de passagens; serviços portuários, inclusive as acessórias; alienação de ativos,

2 - Identificação da obrigação de desempenho

As obrigações de desempenho das atividades operacionais do Grupo VLI são alcançadas em um momento específico, ou seja, na origem dos fluxos de transportes consiste na integração dos múltiplos modais, incluindo o carregamento e a descarregamento nos TI terminais. A medição dos serviços ferroviários deverá ser preferencialmente efetuada pelo peso real movimentado, apurado na origem ferroviária, em balança com aferição validada por órgão competente. Deverá considerar sempre um peso mínimo de carregamento para cada tipo de vagão a ser utilizado, se o carregamento do mesmo não for de responsabilidade do grupo.

3 - Determinação do preço da transação

A remuneração dos serviços prestados é efetuada pelo montante fixo definido em contrato, sem significativo componente de financiamento. A contraprestação variável, tais como: em conta: descontos, créditos, concessões de preço, devoluções e bônus não fazem parte da política ou prática comercial da Companhia.

4 - Alocação do preço da transação

O preço da transação deve ser alocado a diferentes obrigações a cumprir com base no preço de venda individual relativo. Pode ser o preço individual da venda de um bem ou serviço quando vendido separadamente para um cliente em circunstâncias semelhantes ou para clientes semelhantes. Se o preço individual da venda não for observável de forma direta, estime-o considerando todas as informações razoavelmente disponíveis, como condições de mercado, fatores específicos e classe de clientes.

O Grupo VLI concede acessos aos seus clientes para acompanhar, através de sistemas, as movimentações das cargas nos terminais e de todas operações acessórias, considerando as características dos fluxos de transportes, tais como: Local de origem (procedência) x Local de destino x quantidade (Toneladas).

Considerando as atividades do Grupo VLI, a administração analisou e concluiu que a aplicação da referida norma não trará impactos de reconhecimento de receita em consequência não trarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

IFRS 9

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1o de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de financeiros.

Considerando as atividades do Grupo VLI a administração analisou os impactos e os instrumentos financeiros não trarão novas implicações relevantes no balanço do grupo.

Relacionado a modelos de provisão para perdas, a nova regra, não é necessário esperar nenhum evento extremo para o reconhecimento da perda esperada, e a quantidade projetada de créditos perdidos deve ser registrada a cada 12 meses. Além disso, no modelo anterior, a contabilidade só levava em conta o histórico. Efeitos de uma possível perda de crédito futura não eram considerados, mesmo que a inadimplência ou perdas fossem uma possibilidade real.

As provisões para créditos de liquidação dúvida até o fechamento do exercício de 2017 eram constituídas com base em critérios altamente recomendados e nas melhores práticas de mercado.

O Grupo VLI deverá adotar estimativas de possíveis perdas de seus recebíveis com base em cenários macroeconômicos futuros. Em uma análise simplificada e comparativa, a princípio, o Grupo VLI precisará alterar sua estimativa considerando a matriz de inadimplência histórica de percentual por categoria desde vencidos a vencer e assim calcular sua nova estimativa de provisão para perda. O grupo não espera impactos relevantes relacionado a mudança de critério proposto pelo IFRS 9, devido aos baixos níveis de inadimplência do Grupo VLI, por ter o mesmo o seu negócio integralmente desenvolvido dentro do Mercado Brasileiro, que sua carteira de clientes é formada por empresas de grande porte e que não existem componentes de financiamentos nos contratos comerciais.

O Grupo VLI optou por utilizar uma abordagem simplificada para mensurar as perdas de créditos esperadas sobre a sua carteira de recebíveis.

Outra mudança importante que entra em vigor com o IFRS 9 é o sistema de classificação dos instrumentos financeiros. Antes, era possível classificar os papéis em três categorias: mantido até o vencimento; para negociação; e disponíveis para venda.

A partir de 2018 é o modelo de negócios da empresa que vai comandar a classificação do papel no balanço.

Diferentemente da IAS 39, que dividia os ativos financeiros em 4 categorias (empréstimos e recebíveis, ativos financeiros ao valor justo através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento) e os passivos financeiros em 2 categorias (valor justo através dos resultados e outros passivos financeiros), a IFRS 9 cria apenas 2 categorias para instrumentos financeiros: Ativos financeiros ao valor justo (por meio do Resultado ou do PL) e ativos financeiros ao custo amortizado. Tanto o modelo de negócios da entidade como as características do instrumento financeiro definirão a categoria mais apropriada para cada caso.

Em 31 de dezembro de 2017 o grupo tem principalmente, Caixa e Equivalentes, Empréstimos e Financiamentos, Contas a Receber, Contas a Pagar, Derivativo e Arrendamento e Concessão, caracterizados como Instrumentos Financeiros, sendo todos com mínima exposição a juros e caso tivesse seria melhor classificado pelo valor justo ao resultado. Assim atendendo ao especificado no IFRS 9, ativos ou passivos financeiros avaliados a valor justo por meio de resultado são, em sua maioria, ativos e passivos financeiros adquiridos ou incorridos principalmente para a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto.

IFRS 16

IFRS 16 - "Leases", essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). A norma é efetiva para os períodos anuais com início em ou após de 1 de Janeiro de 2019.

A norma contábil estabeleceu princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A VLI deverá aplicar esta norma de forma consistente com contratos que tenham características similares e em circunstâncias similares. A VLI pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1 de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada.

Todos os contratos de arrendamentos serão reconhecidos no balanço; Ativos Direitos de Uso passarão a ser reconhecidos; Passivos de arrendamentos registrados; e registros das operações idênticos às compras financiadas de um ativo.

Os principais contratos de arrendamento da Companhia são: vagões e locomotivas, terminais integradores, projetos de renovação de locomotivas, contratos de concessão de transporte de cargas

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

e) Transações que não afetam o caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Grupo realizou atividades de investimentos não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstrações de Fluxos de Caixa.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	63.518	116.751	-	-
Adição ao imobilizado juros capitalizados na Ultrafértil S.A	63.518	116.751	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	61.608	-	-
Adição ao imobilizado em operações FINAME	-	61.608	-	-
Reconhecimento de dividendos a receber - Investimentos	-	-	167.652	69.732
Reconhecimento de dividendos a receber	-	-	167.652	69.732
Dividendos mínimos propostos - Passivo circulante	-	69.835	67.597	67.418
Proposta de dividendos mínimos - Patrimônio líquido	-	69.835	67.597	67.418
Adição de juros no principal da dívida (FINEM)	93.552	115.380	-	-
Capitalização de juros (FINEM)	93.552	115.380	-	-

4.3 - Retificação de erro

Durante o exercício de 2017, a Companhia identificou que as despesas com depreciação de locomotivas foram calculadas erroneamente, ficando apresentadas a menor no resultado e a depreciação acumulada a menor no ativo imobilizado. Dessa forma, os valores correspondentes do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016, e das demonstrações de resultado do exercício, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 (IAS 8) e CPC 26 (IAS 1).

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

(i) Balanço patrimonial

Em milhares de Reais	Consolidado					
	31 de dezembro de 2016			01 de janeiro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo Circulante	1.344.836	-	1.344.836	1.963.512	-	1.963.512
Imobilizado	6.980.415	(41.580)	6.938.835	5.619.482	(38.002)	5.581.480
Tributos diferidos sobre o lucro	212.718	14.137	226.855	213.821	12.920	226.741
Outros ativos não circulantes	6.638.662	-	6.638.662	5.763.527	-	5.763.527
Ativo Não Circulante	13.831.795	(27.443)	13.804.352	11.596.830	(25.082)	11.571.748
Total do ativo	15.176.631	(27.443)	15.149.188	13.560.342	(25.082)	13.535.260
Passivo Circulante	1.720.747	-	1.720.747	1.213.898	-	1.213.898
Passivo Não Circulante	4.380.608	-	4.380.608	3.486.608	-	3.486.608
Lucros acumulados	746.735	(27.443)	719.292	531.691	(25.082)	506.609
Patrimônio líquido	9.075.276	(27.443)	9.047.833	8.859.836	(25.082)	8.834.754
Total do passivo e patrimônio líquido	15.176.631	(27.443)	15.149.188	13.560.342	(25.082)	13.535.260

Em milhares de Reais	Controladora					
	31 de dezembro de 2016			01 de janeiro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo Circulante	179.868	-	179.868	271.204	-	271.204
Investimento	8.755.476	(27.443)	8.728.033	8.396.509	(25.081)	8.371.428
Outros ativos não circulantes	49.069	-	49.069	27.305	-	27.305
Ativo Não Circulante	8.804.545	(27.443)	8.777.102	8.423.814	(25.081)	8.398.733
Total do ativo	8.984.413	(27.443)	8.956.970	8.695.018	(25.081)	8.669.937
Passivo Circulante	169.079	-	169.079	109.097	-	109.097
Passivo Não Circulante	33.408	-	33.408	17.037	-	17.037
Lucros acumulados	746.735	(27.443)	719.292	531.691	(25.081)	506.610
Outros	8.035.191	-	8.035.191	8.037.193	-	8.037.193
Patrimônio líquido	8.781.926	(27.443)	8.754.483	8.568.884	(25.081)	8.543.803
Total do passivo e patrimônio líquido	8.984.413	(27.443)	8.956.970	8.695.018	(25.081)	8.669.937

(ii) Demonstrações do resultado e resultado abrangente

Demonstração do resultado Em milhares de Reais	Consolidado			Controladora		
	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida de serviços prestados	3.553.651	-	3.553.651	-	-	-
Custo dos serviços prestados	(3.169.896)	(3.578)	(3.173.474)	-	-	-
Lucro bruto	383.755	(3.578)	380.177	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais	144.586	-	144.586	(13)	-	(13)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	528.341	(3.578)	524.763	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	276.104	(2.362)	273.742
Resultado financeiro	(145.533)	-	(145.533)	6.616	-	6.616
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	382.808	(3.578)	379.230	282.707	(2.362)	280.345
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(131.614)	-	(131.614)	(1.572)	-	(1.572)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	1.181	1.216	2.397	2.730	-	2.730
Incentivos fiscais	41.672	-	41.672	-	-	-
Lucro líquido do exercício	294.047	(2.362)	291.685	283.865	(2.362)	281.503

Demonstração do resultado abrangente Em milhares de Reais	Consolidado			Controladora		
	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	294.047	(2.362)	291.685	283.865	(2.362)	281.503
Total do resultado abrangente do exercício	294.047	(2.362)	291.685	283.865	(2.362)	281.503

(iii) Demonstrações do fluxo de caixa

Em milhares de Reais	Consolidado			Controladora		
	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais:						
Lucro líquido do exercício	294.047	(2.362)	291.685	283.865	(2.362)	281.503
Ajustes:						
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(276.104)	2.362	(273.742)
Depreciação e amortização	942.214	3.578	945.792	1.420	-	1.420
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(1.182)	(1.216)	(2.398)	(2.730)	-	(2.730)
Outros ajustes	148.447	-	148.447	12.087	-	12.087
Total dos ajustes	1.383.526	-	1.383.526	18.538	-	18.538
Variações nos ativos e passivos	(60.908)	-	(60.908)	(4.983)	-	(4.983)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.322.618	-	1.322.618	13.555	-	13.555
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.723.097)	-	(2.723.097)	(156.007)	-	(156.007)
Caixa líquido proveniente das atividades financiamento	805.965	-	805.965	(80)	-	(80)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(594.514)	-	(594.514)	(142.532)	-	(142.532)

(iv) Nota explicativa de Passivos contingentes

Ao divulgar a nota explicativa de passivos contingentes a Companhia divulgou erroneamente a menor o valor das causas possíveis, conforme demonstrado abaixo:

31 de dezembro de 2016	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Em milhares de reais			
Trabalhistas	1.174.000	7.049	1.181.049
Cíveis	355.000	(422)	354.578
Tributárias	584.000	270.052	854.052
Ambientais	50.000	(337)	49.663
Previdenciário	21.000	14.652	35.652
Total das contingências possíveis de perda	2.184.000	290.994	2.474.994

4.4 - Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras (controladora e consolidado) estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os períodos apresentados, salvo disposição ao contrário.

a) Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Grupo e de suas controladas diretas e indiretas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas incluídas na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas;

- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.

Investimentos em entidades controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a Controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades, normalmente acompanhada de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante). Na consolidação das entidades controladas, a participação de terceiros é registrada no demonstrativo de patrimônio líquido, na rubrica de acionistas não controladores.

O uso do método de equivalência patrimonial será suspenso a partir da data em que o Grupo deixar de ter influência significativa sobre a coligada e deixar de ter controle sobre a até então controlada, exceto no balanço individual, se a investida passar de controlada para coligada. Quando o método de equivalência é suspenso, o investimento será tratado como instrumento financeiro de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Havendo perda de influência e do controle, o investimento remanescente na ex-coligada ou ex-controlada passará a ser avaliado pelo valor justo e o Grupo reconhece no resultado do exercício qualquer diferença entre:

- (a) o valor justo do investimento remanescente, se houver, e qualquer montante proveniente da alienação parcial de sua participação na coligada e na controlada; e
- (b) o valor contábil do investimento na data em que foi perdida a influência significativa ou foi perdido o controle.

Participação dos acionistas não controladores

O Grupo trata as transações com participações dos acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações dos acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Quando o Grupo para de ter o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

O Grupo classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Essa classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro 2017 e 31 de dezembro 2016, o Grupo não possuía ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” e “contas a receber de clientes”. Os empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método de taxa efetiva de juros.

Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia, no decorrer do exercício, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“*impairment*”).

d) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização (“*Impairment*”).

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em dados históricos de inadimplência ocorrida no passado.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

e) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

f) Tributos sobre o lucro

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

Os juros e custos de transação referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures, relacionados ao projeto de expansão, foram apropriados no ativo imobilizado.

A vida útil dos bens está apresentada na nota 4.14.

h) Intangível

I Direitos de Concessão

Está representado pela mais valia paga pela FCA para operar o trecho denominado malha paulista sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026; e pela mais valia paga pela TUF na aquisição da Ultrafértil que detém autorização de operação do terminal portuário privado até dezembro de 2043.

II Direitos de subconcessão

Refere-se ao valor pago e a pagar para operar os trechos de subconcessão para FNS, entre Açailândia no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado de Tocantins. A amortização se inicia quando o ativo está pronto para uso, que é quando entra em operação, pelo período remanescente do contrato de subconcessão. Também está representado pela mais valia paga pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2037.

III Softwares adquiridos e Licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

IV Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

As estimativas de vida útil do intangível estão apresentadas na nota 4.15.

i) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (“*Impairment*”), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

j) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecido na demonstração de resultado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os contratos de Leasing (arrendamento financeiro) são reconhecidos no Ativo Imobilizado e a dívida no passivo circulante ou não circulante, em função dos seus vencimentos. Os juros serão apropriados para a conta de despesas financeiras com base no período de competência.

k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

l) Arrendamentos, concessões e subconcessão

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as Companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão dos trechos da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Foram celebrados dois tipos de contratos com o poder concedente. O primeiro contrato trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidos as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Para FCA embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

No caso da FNS, o contrato de subconcessão tem como objeto a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão (Nota 4.1.3).

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pelo Comunicado Técnico CTG 05 - Contratos de Concessão, considerando que:

I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão.

II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente.

E ainda conforme os esclarecimentos provenientes do Comunicado Técnico CTG 05 e com instruções contidas no Manual de contabilidade, divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Administração concluiu que as condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, oriundos da União, considerando que:

I) As partes envolvidas cumpriram parcialmente com suas obrigações na mesma extensão.

II) A disponibilização da infraestrutura pelo poder concedente se dá progressivamente à medida que as condições contratuais vão sendo cumpridas pelo concessionário.

III) O operador deve cumprir as regras do contrato e o poder concedente possui o direito de cancelar o contrato, indenizando o operador pelos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados. Por isso se após analisados os fatos e circunstâncias específicos do contrato se considera que a infraestrutura é disponibilizada gradualmente ao longo do contrato, à medida que o operador satisfaça as condições contratuais e à medida que o poder concedente mantenha a concessão.

Dessa forma para os contratos da FCA de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionados aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 4.1 são registrados no ativo intangível. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, da concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso de processos judiciais prováveis, onde houver direito contratual de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para processos judiciais e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo.

No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são os processos judiciais onde, por força de Lei, a União (sucessora da RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 4.12), sendo o Grupo um agente no litígio.

n) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, o Grupo paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, o Grupo não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo VLI. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Incentivos de longo prazo

O programa de Incentivos de longo prazo consiste na adesão dos executivos do Grupo, através de depósitos bancários em conta corrente específica do Grupo, que poderá dispor dos valores para execução do plano de negócios. A possível remuneração dos valores aportados pelos executivos estará atrelada a Unidade de Valor VLI (UVV).

O programa tem duração de 3 anos, podendo ser prorrogado por mais um período de 3 anos.

A transação será realizada por meio de uma conta corrente do Grupo, que poderá dispor destes valores para execução do seu plano de negócios.

A possível remuneração dos valores aportados pelos executivos estará atrelada a UVV (para compra e para a Venda: valuation em 31 de dezembro do ano anterior).

Após o prazo estabelecido do programa, três anos, o executivo ainda terá direito a receber o equivalente ao *Matching*.

o) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o cliente; ii) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita

possa ser mensurado com segurança; e iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

p) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social do Grupo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

q) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações realizadas nas demonstrações financeiras de cada Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pelo Grupo e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais.

r) Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração.

s) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na nota 4.29, o Grupo analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais do Grupo, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas do Grupo.

t) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

O Grupo divulga suas demonstrações do valor adicionado ("DVA"), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentados como informação suplementar.

4.4.1 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos

4.4.1.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

- i. Redução do valor recuperável de ativos - A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".
- ii. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- iii. Provisão para processos judiciais - A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.
- iv. Tributos sobre o lucro diferidos - A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.
- v. Benefícios de planos de previdência privada - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

4.4.1.2 Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis

Concessão

A Companhia segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- i. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- ii. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- iii. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.
- iv. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- v. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, da concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

4.5 - Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	90.840	19.410	792	206
Aplicações financeiras	1.319.719	428.674	29.073	3.846
	1.410.559	448.084	29.865	4.052

(a) Aplicações em debêntures compromissadas e em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 99,37% em 31 de dezembro de 2017 e 91,87% em 31 de dezembro de 2016 do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.6 - Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Contas a receber de terceiros	453.718	386.318	-	2.181
Contas a receber de partes relacionadas (nota 4.7)	120.768	76.435	227	12.830
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(34.863)	(35.259)	-	(2.166)
	539.623	427.494	227	12.845
Não circulante				
Contas a receber de terceiros	1.853	1.292	-	-
Contas a receber - VALEC (a)	286.063	286.903	-	-
Contas a receber de partes relacionadas (nota 4.7)	268.766	284.709	33	33
	556.682	572.904	33	33
Contas a receber - total	1.096.305	1.000.398	260	12.878

(a) Saldo referente a multa contratual pelo atraso e condições de entrega dos trechos ferroviários, objetos do contrato de subconcessão celebrado entre a FNS e a VALEC, e ao Termo de Compromisso ("TAC") celebrado entre a FNS, o IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), a VALEC e a Vale S.A. Este termo de compromisso obriga o Grupo a apresentar o levantamento atualizado dos passivos ambientais, existentes nos trechos em operação da ferrovia. Os valores reconhecidos pela VALEC, encontram-se integralmente classificados no ativo não circulante, em decorrência de não estar determinado o fluxo de recebimento. O valor integral da multa a ser aplicada encontra-se ainda em negociação entre o Grupo e a VALEC.

Composição dos valores a receber por prazos de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	1.015.503	952.407	260	2.590
Vencidos até 3 meses	39.591	6.061	-	844
Vencidos de 3 a 6 meses	4.719	16.841	-	5.774
Vencidos acima 6 meses	71.355	60.348	-	5.836
	1.131.168	1.035.657	260	15.044
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(34.863)	(35.259)	-	(2.166)
Contas a receber - total	1.096.305	1.000.398	260	12.878

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos há mais de 180 dias, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

4.7 - Partes relacionadas

Balço Patrimonial	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante				
Contas a receber				
VALIA	17	14	-	-
Fundação Vale do Rio Doce-FVRD	1	104	-	-
MRS Logística S.A	11.801	1.893	-	-
Vale Manganês S.A	4	4	-	-
Ultrafétil S.A	-	-	-	766
Vale S.A	65.844	50.763	-	-
Vale Fertilizantes S.A	43.093	23.654	-	-
Mineração Urucum S.A	3	3	-	-
Salobo Metais S.A	5	-	-	-
Ferrovia Norte Sul S.A	-	-	-	990
Ferrovia Centro Atlântica S.A	-	-	-	7.803
VLI Multimodal S.A.	-	-	227	3.271
	120.768	76.435	227	12.830
Ativo não circulante				
Contas a receber				
Vale S.A	254.923	269.850	33	33
MRS Logística S.A	13.843	14.859	-	-
	268.766	284.709	33	33
Passivo Circulante				
Fornecedores (nota 3.15)				
MRS Logística S.A	1.357	507	-	-
PASA	1	294	-	1
Terminal de Vila de Velha	272	-	-	-
Ferrovia Centro Atlântica S.A	-	-	469	469
VLI Multimodal S.A.	-	-	21	21
Fundação Vale do Rio Doce-FVRD	1.364	1.366	-	-
Valia	1.244	277	66	55
Vale S.A	47.871	40.693	-	(96)
	52.109	43.137	556	450

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Demonstração do Resultado				
Receitas				
Receita bruta de serviços prestados				
Vale Fertilizantes S.A	210.214	185.631	-	-
Vale S.A	45.275	42.787	-	-
	<u>255.489</u>	<u>228.418</u>	-	-
Receita de aluguel de locomotiva				
Vale Fertilizantes S.A	-	204	-	-
Vale S.A	1.934	2.598	-	-
	<u>1.934</u>	<u>2.802</u>	-	-
Outras Receitas (despesas) Operacionais				
Ferrovia Centro Atlântica S.A	-	-	10.739	9.082
Ferrovia Norte Sul S.A	-	-	3.360	2.350
MRS Logística S.A	6.336	-	-	-
Samarco Mineração S.A	79	77	-	-
Ultrafertil S.A	-	-	1.296	-
Vale Fertilizantes S.A	15.845	17.801	-	-
Vale S.A	79.849	94.424	-	-
VLI Multimodal S.A	-	-	12.153	10.880
VLI Operações Portuárias S.A	-	-	-	(1.050)
	<u>102.109</u>	<u>112.302</u>	<u>27.548</u>	<u>21.262</u>
Custo de partilha de fretes (Tráfego Mútuo)				
Vale S.A	(124.776)	(113.859)	-	-
MRS Logística S.A	(28)	(24)	-	-
	<u>(124.804)</u>	<u>(113.883)</u>	-	-
Custo com direito de passagem				
Vale S.A	(54.815)	(40.926)	-	-
MRS Logística S.A	(50.646)	(33.311)	-	-
	<u>(105.461)</u>	<u>(74.237)</u>	-	-
Custo dos serviços				
Log-in Logística Intermodal S.A	-	(5.549)	-	-
MRS Logística S.A	(28)	-	-	-
Vale S.A	(744.854)	(768.917)	-	-
PASA	(2.447)	(2.789)	(8)	(11)
	<u>(747.329)</u>	<u>(777.255)</u>	<u>(8)</u>	<u>(11)</u>
Previdência Complementar				
VALIA	(9.660)	(8.871)	(397)	(646)
	<u>(9.660)</u>	<u>(8.871)</u>	<u>(397)</u>	<u>(646)</u>
Despesas com compartilhamento de gastos				
Vale Fertilizantes S.A	(1.422)	(931)	-	-
	<u>(1.422)</u>	<u>(931)</u>	-	-
Receitas (Despesas) financeiras				
Vale S.A	2.249	6.841	-	-
Vale Fertilizantes S.A	937	-	-	-
	<u>3.186</u>	<u>6.841</u>	-	-

As contas a receber com empresas ligadas, no circulante e não circulante, representam as receitas que a VLI auferiu com as vendas de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado.

Os custos dos serviços representam os montantes gastos com os contratos de prestação de serviços de transportes ferroviários e de serviços Portuários.

Os compromissos com empresas ligadas registradas nas contas de fornecedores, no passivo circulante, representam os valores que a VLI tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Na receita bruta de vendas de serviços foram registrados os valores dos serviços de transportes ferroviários prestados pelo grupo VLI.

A remuneração do pessoal chave da administração do Grupo, composta exclusivamente pelos diretores, é paga integralmente pela VLI S.A.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remuneração	4.910	5.160
Benefícios assistenciais	53	122
Benefícios pós emprego	711	646
Total	5.674	5.928

REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12865/13 - 09 de outubro de 2013 - § 7º os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

a) Cessão de créditos fiscais da FCA para Vale

Em novembro de 2013 a VALE e a FCA celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais, no montante nominal de R\$ 484 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto de 7,8%. A VALE pagou à FCA a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante - cerca de R\$ 121 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a VALE devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos.

No ano calendário de 2015 a FCA apurou lucro tributável e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou em abril de 2016 o montante de R\$ 3 milhões que deduzido do saldo nominal restam R\$ 360 milhões. Em dezembro de 2017 a Vale pagou o montante de R\$ 17 milhões. O ajuste a valor presente deste saldo corresponde a R\$ 88 milhões, logo o montante a receber da Vale é de R\$ 255 milhões.

b) Cessão de créditos fiscais da VLI para Vale

Em dezembro de 2012 a VALE e a VLI celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais, no montante nominal de R\$ 11,6 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto de 7,8%. A VALE pagou à VLI a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante - cerca de R\$ 2,91 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a VLI teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a VALE devolverá periodicamente à VLI os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos. Em julho de 2015 a VALE pagou R\$ 8,7 milhões, restando um montante a receber em dezembro de 2017 de R\$ 33 mil. (Em dezembro de 2016 - R\$ 33 mil).

4.8 - Estoques

Circulante	Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Peças e componentes de equipamentos / instalações	56.828	54.998
Combustíveis, lubrificantes e gases	6.245	3.663
Materiais de expediente e outros	31.005	7.837
Materiais elétricos / eletrônicos	7.575	5.775
Outros materiais	10.432	2.045
Estimativa para perdas em itens de estoque (a)	-	(1.815)
	112.085	72.503

(a) A estimativa para possíveis perdas de estoques foi constituída com base em estimativas dos itens obsoletos, inservíveis ou sem movimentação da empresa Ultrafertil S/A.

4.9 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Tributos antecipados sobre o lucro	20.400	26.222	562	3.078
ICMS a recuperar	96.209	95.933	-	-
Imposto de renda retido na fonte	1.982	17.347	137	4.036
PIS e COFINS a compensar	42.361	66.609	86	56
Tributos a recuperar	9	3.611	-	-
Outros	11.384	4.450	-	1
	151.945	187.950	223	4.093
Não Circulante				
ICMS a recuperar	90.863	134.497	-	-
ISS	76	76	-	-
Tributos a recuperar	50.892	28.135	22.653	16.717
PIS e COFINS a compensar	168.367	97.665	586	-
	310.198	260.373	23.239	16.717

A classificação dos tributos a recuperar, do ativo circulante, foi definida considerando as expectativas de realização dos créditos fiscais para os próximos 12 (doze) meses.

4.10 - Sinistros a recuperar e demais ativos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Sinistros a recuperar (a)	338	103.243	-	-
	338	103.243	-	-
Adiantamento a empregados	28.604	18.428	2.173	1.643
Adiantamento a fornecedores (b)	33.743	21.592	220	506
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (c)	1.825	1.825	-	-
Prêmios de seguros pagos antecipadamente (d)	746	300	-	-
Incentivos fiscais	565	-	-	-
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari	4.852	4.632	-	-
Aluguel do Terminal Integrado de Santa Luzia	1.761	1.680	-	-
Aluguel do Terminal Integrado de Guará	10.142	12.436	-	-
Despesas c/ licença de uso de softwares	7.740	11.273	-	3
Despesas c/ dragagem pagas antecipadamente	20.072	-	-	-
Demais contas do ativo circulante	4.003	7.174	520	519
Total demais ativos circulantes	114.053	79.340	2.913	2.671
Não circulante				
Sinistros a recuperar (a)	74.018	-	-	-
	74.018	-	-	-
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (c)	13.991	15.816	-	-
Despesas c/ licença de uso de softwares	-	4.237	-	-
Despesas c/ dragagem pagas antecipadamente	117.086	41.140	-	-
Incentivos fiscais	272	3.968	-	-
Adiantamento a empregados	8.091	16.179	1.820	3.639
Adiantamento a fornecedores (b)	7.925	24.076	-	-
Direito de usufruto de imóvel	3.210	3.210	-	-
Outras contas	22.753	20.636	-	-
Total demais ativos não circulantes	173.328	129.262	1.820	3.639
Sinistros a recuperar e demais ativos - Total	361.737	311.845	4.733	6.310

(a) Os gastos relevantes com sinistros, ocorridos na malha ferroviária e nos terminais portuários, são apropriados e segregados no ativo circulante e não circulante até a conclusão final das perícias técnicas, realizados pelas seguradoras contratadas.

- (b) Os adiantamentos a fornecedores são para garantir o fornecimento de insumos e materiais de reposição para máquinas e equipamentos.
- (c) A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens. O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 entre a FCA e a União (extinta RFFSA), no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica “Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente”, no ativo circulante e não circulante.
- (d) Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Consolidado			
Modalidade	Cia.	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	FCA		
	VLI Multi	All Risk	R\$ 25.000
	FNS		
Riscos Operacionais	FCA		
	FNS	All Risk	R\$ 300.000
	VLI Multi		
	Ultrafértil		
Transporte Internacional Importação	FCA		
	FNS	All Risk	USD 8.000
	VLI Multi		
	Ultrafértil		
D&O	VLI	All Risk	R\$ 100.000
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	FCA	All Risk	R\$ 20.000 por evento
	FNS		R\$ 200 para container
Frota de automóvel	FCA		
	FNS	All Risk	R\$ 200
	VLI Multi		
Vida em Grupo	FCA		
	FNS	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 X Salário Base
	VLI Multi	Estagiários	R\$ 13
Acidentes pessoais	VLI		
	FCA	Trens turísticos da FCA	R\$ 10
Responsabilidade Civil Operador Portuário	VLI Multi	All Risk	
	Ultrafértil		USD 50.000

4.11 - Dividendos a receber

Os dividendos apresentados nas demonstrações financeiras individuais da VLI S.A, foram propostos por suas controladas diretas, sendo constituídos conforme previsto no estatuto social do Grupo, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Para o exercício findo em 31/12/2017 o montante foi de R\$ 73.915.

Em 28 de abril de 2017, através da AGO realizada pela VLI Multimodal S/A, foi aprovado pela administração da Companhia a distribuição aos seus acionistas, dividendos adicionais de R\$ 100.267, de acordo com a sua participação no capital social da Companhia.

A proposta de 31 de dezembro de 2017 foi no montante de R\$ 174.182 (R\$ 153.129 em dezembro de 2016).

4.12 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

Saldos dos depósitos e processos judiciais:

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais
Trabalhistas (a)	211.286	43.688	220.724	35.348
Cíveis	21.634	11.396	24.683	8.488
Tributárias	5.139	491	5.339	551
Ambientais	414	-	381	496
Previdenciária	3.729	176	3.769	198
	242.202	55.751	254.896	45.081

Movimentação dos depósitos judiciais:

	Consolidado				
	31/12/2016	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2017
	Trabalhistas (a)	220.724	15.333	(41.379)	16.608
Cíveis	24.683	80	(4.037)	908	21.634
Tributárias	5.339	126	(727)	401	5.139
Ambientais	381	-	-	33	414
Previdenciária	3.769	-	(4)	(36)	3.729
	254.896	15.539	(46.147)	17.914	242.202

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Consolidado				
	31/12/2016	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2017
	Trabalhistas (a)	35.348	41.920	(37.367)	3.787
Cíveis	8.488	3.797	(1.772)	883	11.396
Tributárias	551	156	(260)	44	491
Ambientais	496	-	(516)	20	-
Previdenciária	198	-	(27)	5	176
	45.081	45.873	(39.942)	4.739	55.751

Saldos dos depósitos judiciais:

	Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais
Trabalhistas	230	1	121	-
Cíveis	-	49	-	-
	230	50	121	-

Movimentação dos depósitos judiciais:

	Controladora				
	31/12/2016	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2017
	Trabalhistas	121	130	(31)	10
	121	130	(31)	10	230

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Juros e atualização monetária</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhistas	-	1	-	-	1
Cíveis	-	49	-	-	49
	<u>-</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50</u>

(a) A FCA está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2017, os processos judiciais trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com os consultores jurídicos, totalizam R\$ 43.688 (Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 35.348). Esses montantes não incluem os processos judiciais de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que o Grupo somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

"As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA." Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo havia reconhecido em suas demonstrações o montante de R\$ 89.860 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 87.230) que deverão ser reembolsados pela União (extinta RFFSA).

4.12.1 - Passivos Contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 2.618.869 (31 de dezembro de 2016 - aproximadamente R\$ 2.184.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária, ambiental e previdenciário, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União.

A seguir são apresentadas a composição destes processos judiciais por natureza:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas (i)	1.305.107	1.181.049
Cíveis (ii)	457.960	354.578
Tributárias (iv)	766.802	854.052
Ambientais (v)	49.933	49.663
Previdenciário (iii)	16.378	35.652
	<u>2.596.180</u>	<u>2.474.994</u>

- i. Trabalhistas: tratam-se de reclamações promovidas por ex-empregados, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas.
- ii. Cíveis: tratam-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária cedida ao Grupo, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há ainda demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais. Além de ações anulatórias.

- iii. Previdenciários: trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, SESI e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. Tributários: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas, cobranças de IPTU sobre imóveis objeto de arrendamento e autuações de ICMS relacionadas ao descumprimento de obrigações acessórias, glosa de créditos, exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular, e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.
- v. Ambientais: trata-se de demandas cuja discussão se refere a alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas ao Grupo.

4.12.2 - Processos advindos da Ultrafértil antes da transferência do controle

Em 1º de junho de 2012, na cisão parcial da Ultrafértil S/A, as provisões de passivos contingentes foram vertidos pelos respectivos valores contábeis à Mineração Naque S.A. e Araucária Nitrogenados S.A.

Em agosto de 2013, quando da aquisição do controle da Ultrafértil S/A pela TUF Empreendimentos e Participações S/A (Controlada indireta da VLI S.A), ficou estabelecido que quaisquer processos judiciais que tiverem como objeto de discussão o período de competência o qual a Vale Fertilizantes S/A detinha o controle, tais despesas serão reembolsáveis pela Vale Fertilizantes S/A.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Depósitos judiciais	Provisão para processos judiciais	Depósitos judiciais	Provisão para processos judiciais
Saldo no início do exercício	47.063	99.123	71.664	92.164
Movimentações	(21.663)	(57.278)	(24.601)	6.959
Reembolso	(25.332)	(41.845)	(47.063)	(99.123)
Saldo no final do exercício	68	-	-	-

Depósitos judiciais (movimentação):

	31/12/2016	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2017
Trabalhistas	-	64	-	4	68
	-	64	-	4	68

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, após análise de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões no Grupo sob (responsabilidade exclusiva da Ultrafértil S/A) por se tratarem de perdas possíveis, no montante de R\$ 10.339 (R\$ 4.936 em 31 de dezembro de 2016). Tais processos judiciais são de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental.

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	5.383	-
Cíveis	64	-
Tributárias	4.059	4.936
Ambiental	833	-
	10.339	4.936

4.13 - Investimentos

4.13.1 - Composição dos investimentos:

31/12/2017				
	% Participação	Número de ações ordinárias	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
VLI Multimodal S.A (VLI Multi)	99,99%	380.101.007.253	8.858.762	311.809
VLI Participações S.A (VLI Par)	100,00%	1.000	1	-
VLI Operações Ferroviárias Independentes S.A (VOFI)	99,99%	999	1	-
Outros	-	-	4	-

31/12/2016				
	% Participação	Número de ações ordinárias	Patrimônio Líquido	Lucro do exercício
VLI Multimodal S.A (VLI Multi)	99,99%	380.101.007.252	8.728.031	205.683
VLI Participações S.A (VLI Par)	99,99%	1.000	1	-
VLI Operações Ferroviárias Independentes (VOFI)	99,99%	999	1	-

4.13.2 - Movimentação dos investimentos:

	31/12/2017				
	VLI Multi	Outros	VOFI	VLI Par	Controladora
Investimento inicial em 01 de janeiro de 2017	8.728.031	-	1	1	8.728.033
Resultado das controladas	311.809	-	-	-	311.809
Dividendos adicionais	(73.915)	-	-	-	(73.915)
Dividendos transferido para pagamento	(100.255)	-	-	-	(100.255)
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.908)	-	-	-	(6.908)
Outros	-	4	-	-	4
Saldo no final em 31 de dezembro de 2017	8.858.762	4	1	1	8.858.768

	31/12/2016				
	VLI Multi	VOP	VOFI	VLI Par	Controladora (representado)
Investimento inicial em 01 de janeiro de 2016	7.275.920	1.095.506	1	1	8.371.428
Transferência de ações para VLI Multimodal por incorporação	1.172.531	-	-	-	1.172.531
Transferência de ações	-	(1.172.531)	-	-	(1.172.531)
Aumento de capital	125.000	31.000	-	-	156.000
Resultado das controladas	203.321	70.421	-	-	273.742
Dividendos mínimos propostos	(48.741)	-	-	-	(48.741)
Dividendos Adicionais 2015 distribuídos	-	(20.991)	-	-	(20.991)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(3.405)	-	-	(3.405)
Saldo no final em 31 de dezembro de 2016	8.728.031	-	1	1	8.728.033

- (a) Em 30 de novembro de 2016 a VLI S.A. transferiu e aportou as ações da VOP, de sua propriedade, para VLI Multimodal. E na mesma data e ato societário, a VLI Multi aumentou seu capital emitindo novas ações em favor da VLI S.A.

4.13.3- Participação de não controladores:

	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2017	293.350
Resultado no exercício de não controladores	
Vale Fertilizantes S.A (17,11%)	
Resultado do exercício	1.772
Ajuste de avaliação patrimonial	5.581
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>300.703</u>
	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2016	290.952
Resultado no exercício de não controladores	
Vale Fertilizantes S.A (18,99%)	
Resultado do exercício	10.182
Ajuste de avaliação patrimonial	(5.366)
Dividendos propostos	(2.418)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>293.350</u>

4.14 - Imobilizado

4.14.1 - Composição do imobilizado:

					Consolidado	
					31/12/2017	31/12/2016
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	(reapresentado) Líquido
Bens em operação						
Imóveis	25 a 50 anos	3,43%	1.908.258	(90.404)	1.817.854	319.668
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 anos	5,17%	615.616	(24.073)	591.543	155.821
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	10,51%	1.195.605	(277.700)	917.905	367.856
Veículos	3 a 5 anos	19,94%	23.012	(17.259)	5.753	6.105
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	30.995	(9.488)	21.507	17.078
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	119.058	(60.953)	58.105	75.449
Locomotivas	12,5 a 25 anos	5,75%	1.879.311	(449.519)	1.429.792	1.389.700
Vagões	33,3 anos	3,13%	1.990.417	(311.546)	1.678.871	1.688.668
Via permanente	14,29 a 20 anos	8,16%	132.473	(7.471)	125.002	177.987
Outros ativos	10 anos	10,00%	12.601	(382)	12.219	48.825
			7.907.346	(1.248.795)	6.658.551	4.247.157
Benfeitorias em curso			315.996	-	315.996	2.691.902
			315.996	-	315.996	2.691.902
			8.223.342	(1.248.795)	6.974.547	6.939.059
					Controladora	
					31/12/2017	31/12/2016
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Bens em operação						
Imóveis	25 a 40 anos	2,59%	87	(4)	83	84
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,62%	246	(48)	198	223
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	1.113	(403)	710	833
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	1.062	(600)	462	674
Outros ativos	10 anos	10,00%	1	-	1	1
			2.509	(1.055)	1.454	1.815
Terrenos			5.938	-	5.938	5.938
			5.938	-	5.938	5.938
			8.447	(1.055)	7.392	7.753

A FCA nomeou locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 14.712 (Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 67.752).

4.14.2 - Movimentação do imobilizado:

Imobilizado - Custo							Consolidado
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2017
Imóveis	388.815	-	-	1.352.635	(7.582)	174.390	1.908.258
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	164.207	14.000	(687)	283.569	26.430	128.097	615.616
Equipamentos autônomos	647.158	-	(10.817)	943.297	28.990	(413.023)	1.195.605
Veículos	21.347	-	(1.837)	651	23	2.828	23.012
Bens administrativos/auxiliares	26.467	-	(2.595)	4.780	10	2.333	30.995
Equipamentos e aplicativos de informática	120.636	-	(6.466)	11.296	6	(6.414)	119.058
Locomotivas	1.706.123	-	(10.389)	11.930	121.475	50.172	1.879.311
Vagões	1.859.508	-	(4.307)	46.439	6.501	82.276	1.990.417
Via permanente	212.879	-	(15.178)	1.990	(171.187)	103.969	132.473
Outros ativos	48.980	-	(54)	62.022	26.298	(124.645)	12.601
	5.196.120	14.000	(52.330)	2.718.609	30.964	(17)	7.907.346
Benfeitorias em curso*	2.691.902	408.179	(54.991)	(2.718.609)	(10.485)	-	315.996
	2.691.902	408.179	(54.991)	(2.718.609)	(10.485)	-	315.996
	7.888.022	422.179	(107.321)	-	20.479	(17)	8.223.342

*O montante de R\$ (54.991) refere-se a reversões de adiantamentos a fornecedores efetuados entre os exercícios de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Os gastos com ativos imobilizado e intangível, nas empresas FCA e FNS, são inicialmente registrados como ativo intangível e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão ou subconcessão). Os ativos relacionados a bens próprios são transferidos para o ativo imobilizado.

Imobilizado - Custo	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Imóveis	87	87
Equipamentos autônomos	246	246
Bens administrativos/auxiliares	1.113	1.113
Equipamentos e aplicativos de informática	1.062	1.062
Outros ativos	1	1
	2.509	2.509
Terrenos	5.938	5.938
	5.938	5.938
	8.447	8.447

4.14.3 - Depreciação do imobilizado:

Consolidado

Imobilizado - depreciação	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2017
Imóveis	(69.147)	(28.010)	-	(1.452)	8.205	(90.404)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(8.386)	(16.841)	687	(640)	1.107	(24.073)
Equipamentos autônomos	(279.302)	(59.477)	10.803	(2.403)	52.679	(277.700)
Veículos	(15.242)	(3.852)	1.837	(70)	68	(17.259)
Bens administrativos/auxiliares	(9.389)	(2.675)	2.582	(382)	376	(9.488)
Equipamentos e aplicativos de informática	(45.187)	(22.231)	6.466	(101)	100	(60.953)
Locomotivas	(316.423)	(79.246)	5.656	12.509	(72.015)	(449.519)
Vagões	(170.840)	(61.217)	1.556	(45.891)	(35.154)	(311.546)
Via permanente	(34.892)	(22.056)	15.177	(9.193)	43.493	(7.471)
Outros Ativos	(155)	(367)	51	(1.069)	1.158	(382)
	(948.963)	(295.972)	44.815	(48.692)	17	(1.248.795)

Controladora

Imobilizado - depreciação	31/12/2016	Adições	31/12/2017
Imóveis	(3)	(1)	(4)
Equipamentos autônomos	(23)	(25)	(48)
Bens administrativos/auxiliares	(280)	(123)	(403)
Equipamentos e aplicativos de informática	(388)	(212)	(600)
	(694)	(361)	(1.055)

4.14.4 - Imobilizado em curso:

Consolidado

Benfeitorias em curso	31/12/2017	31/12/2016
Aquisição de equipamentos ferroviários	2.060	2.758
Aquisição e modernização de material rodante	1.908	195
Aquisição e modernização locomotivas	17.955	56.612
Aquisição e modernização vagões	46.649	64.130
Construção e ampliação de pátios e terminais	77.724	152.356
Desenvolvimento / melhoria sistemas	11.913	28.653
Equipamento de grande porte	460	-
Implantação de projetos	1.622	94
Melhoria, modernização e expansão portuária (a)	123.014	2.330.305
Melhorias em instalações administrativas e de apoio	5.513	30.343
Segurança, saúde, meio ambiente - desenvolvimento sustentável	8	450
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	-	2.184
Outros	27.170	23.822
	315.996	2.691.902

(a) A variação do imobilizado em curso do ano de 2016 para 2017 deve-se pela conclusão e entrada em operação da expansão do TIPLAM.

4.14.5 - Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment")

O Grupo avalia anualmente os eventos ou mudanças de circunstâncias que podem indicar se há evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou seja se o valor contábil de um ativo ultrapassa seu valor de uso.

No exercício, foi evidenciado nos relatórios de resultado, prejuízos operacionais, podendo ter a desvalorização dos ativos, assim elaboramos o teste de ("*Impairment*").

O método do fluxo de caixa descontado será utilizado para elaboração dos testes de impairment, adotando as seguintes premissas:

- Plano de Negócios até 2056;
- A partir de 2027, é considerada a renovação da concessão;
- O fluxo de caixa foi considerado até 2056.

A taxa de desconto aplicada no estudo de valoração do Grupo foi obtida através do custo médio ponderado de capital.

4.15 - Intangível

4.15.1 - Composição do intangível:

	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Consolidado	
					31/12/2017	31/12/2016
					Líquido	Líquido
Direitos de concessão (b)	9,04 anos	11,06%	43.168	(25.265)	17.903	19.951
Direitos de subconcessão (c)	20,9 anos	4,78%	1.776.431	(499.227)	1.277.204	1.341.065
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	20.429	(12.843)	7.586	8.200
Direito contratual (d)			320.350	(4.388)	315.962	315.961
Direito contratual (e)			1.332.911	(1.332.911)	-	-
Direito contratual (f)			37.000	(37.000)	-	-
Direito contratual (g)			251.203	(251.203)	-	-
			3.781.492	(2.162.837)	1.618.655	1.685.177
Benfeitorias em propriedades arrendadas (a)						
Terrenos			389	-	389	181
Imóveis	25 a 50 anos	3,00%	313.476	(54.769)	258.707	265.377
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 a 50 anos	5,65%	78.264	(7.137)	71.127	116.420
Equipamentos autônomos	10 a 20 anos	8,96%	14.196	(5.343)	8.853	17.892
Veículos	3 a 5 anos	20,00%	14	(14)	-	812
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	10.570	(3.778)	6.792	8.684
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	39	(21)	18	126
Locomotivas	12,5 a 25 anos	7,88%	157.594	(130.877)	26.717	160.180
Vagões	33,3 anos	3,33%	298.446	(57.802)	240.644	150.525
Via permanente	14,3 a 20 anos	11,17%	4.205.762	(1.493.718)	2.712.044	2.349.210
Outros ativos	10 anos	10,00%	14.447	(1.237)	13.210	7.914
			5.093.197	(1.754.696)	3.338.501	3.077.321
Benfeitorias em curso			771.304	-	771.304	571.275
			9.645.993	(3.917.533)	5.728.460	5.333.773
Controladora						
					31/12/2017	31/12/2016
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em propriedades arrendadas (a)						
Imóveis	50 anos	2,00%	19.497	(5.340)	14.157	14.545
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	4.504	(1.568)	2.936	3.385
Outros ativos			82	(4)	78	79
			24.083	(6.912)	17.171	18.009
Benfeitorias em curso			67	-	67	67
			24.150	(6.912)	17.238	18.076

(a) As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007, conforme Lei 11.483/2007. O prazo de

amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

- (b) A controlada indireta FCA registrou um direito de concessão no intangível, referente ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista.
- (c) O direito de subconcessão da FNS está representado pelos valores estipulados através do edital de licitação para operar os trechos, descritos na nota 1 acrescidos dos custos financeiros aplicados às parcelas a vencer, e as benfeitorias na via permanente. A amortização se inicia quando o ativo está pronto para uso, que é quando entra em operação, pelo período remanescente do contrato de subconcessão.
- (d) Contrato de Adesão Portuária da Ultrafértil - Em agosto de 2013, a controlada TUF adquiriu 100% das ações ordinárias emitidas pela Ultrafértil, que estavam sob propriedade da Vale Fertilizantes S.A. Quando desta aquisição de investimentos, a TUF registrou, em seu balanço patrimonial, um ágio em decorrência do custo de aquisição. O ágio ou mais valia, reconhecidos como custo de aquisição, foi constituído com base nos fundamentos econômicos de rentabilidade futura do terminal portuário - TIPLAM. Com a celebração de novo contrato de adesão adaptado ao novo marco regulatório, o ágio é fundamentado com benefício econômico futuro e será amortizado conforme a utilização do benefício fiscal.
- (e) Contrato celebrado entre Vale S.A. e VLI Multimodal S.A. - A VLI Multimodal adquiriu da Vale S.A o direito de opção de reservar a capacidade produtiva das ferrovias - Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória - Minas ("EFC" e "EFVM" respectivamente), destinada à prestação de serviços de transportes de carga geral, objeto da concessão conferida a Vale S.A. O valor do direito de opção de reserva de capacidade é calculado com base nos ativos destinados à prestação dos serviços de transporte ferroviários de carga geral para os quais a Vale S.A reservou a capacidade de transporte. A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre o Vale S.A. e a União Federal. O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.
- (f) Aquisição dos direitos contratuais de propriedade da Log. in Intermodal S.A. - Direito contratual adquirido para execução dos transportes multimodais de cargas containerizadas na malha Centro Oeste, objeto de concessão conferida a FCA. O contrato foi reconhecido pelo custo de aquisição e será amortizado pelo período do contrato de concessão, celebrado entre a FCA e a União Federal.
- (g) Direitos de exclusividade da Vale S.A - Refere-se ao direito de exclusividade intransferível da VLI Multimodal de contratar a prestação exclusiva dos serviços portuários e acessórios prestados pela Vale S.A, nos terminais, resguardada e excluída da exclusividade, tão somente, a operação portuária das cargas próprias da Vale S.A e de suas empresas coligadas e controladas. A VLI Multimodal é empresa controlada pela VLI, constituída com o objetivo social de prestar serviços de transporte multimodal e atender de forma eficaz o segmento de carga geral, zelando pela garantia do escoamento da produção dos diversos setores produtores, exercendo importante papel centralizador no ajuste de procedimentos comerciais e operacionais junto a Vale S.A. A Vale S.A é titular de autorização para exploração dos terminais portuários privativos de uso misto Terminal Privativo de Uso Misto de Praia Mole (TPM), Terminal de Produtos Diversos (TPD) e Terminal de Graneis Líquidos, todos na cidade de Vitória/ES. O Direito de Exclusividade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente. O valor a ser pago anualmente será em função dos custos efetivamente realizados pela Vale S.A para a prestação dos serviços.

4.15.2 - Movimentação do intangível:

Intangível- Custo							Consolidado
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2017
Direitos de concessão (b)	43.169	-	-	-	(1)	-	43.168
Direitos de subconcessão (c)	1.776.431	-	-	-	-	-	1.776.431
Softwares adquiridos	20.698	-	(2.097)	1.829	(1)	-	20.429
Direito contratual (d)	320.350	-	-	-	-	-	320.350
Direito contratual (e)	984.429	348.482	-	-	-	-	1.332.911
Direito contratual (f)	37.000	-	-	-	-	-	37.000
Direito contratual (g)	162.937	88.266	-	-	-	-	251.203
	3.345.014	436.748	(2.097)	1.829	(2)	-	3.781.492
Benfeitorias em propriedades arrendadas (a)							
Terrenos	181	-	-	485	(43)	(234)	389
Imóveis	312.778	-	-	17.160	(2.179)	(14.283)	313.476
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	120.873	-	-	203.495	(29.711)	(216.393)	78.264
Equipamentos autônomos	22.259	-	(195)	13.670	(25.628)	4.090	14.196
Veículos	832	-	(5)	2.067	(24)	(2.856)	14
Bens administrativos/auxiliares	11.414	-	-	1.354	(12)	(2.186)	10.570
Equipamentos e aplicativos de informática	204	-	(64)	119	174	(394)	39
Locomotivas	286.076	-	-	248.021	(5.990)	(370.513)	157.594
Vagões	266.897	-	(84)	23.420	(1.334)	9.547	298.446
Via permanente	3.560.639	-	(8.443)	32.181	182.336	439.049	4.205.762
Outros Ativos	8.397	-	-	148	(148.271)	154.173	14.447
	4.590.550	-	(8.791)	542.120	(30.682)	-	5.093.197
Benfeitorias em curso	571.275	733.815	(42)	(543.949)	10.205	-	771.304
	8.506.839	1.170.563	(10.930)	-	(20.479)	-	9.645.993

Intangível- Custo	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2017
Benfeitorias em propriedades arrendadas (a)		
Imóveis	19.497	19.497
Bens administrativos/auxiliares	4.504	4.504
Outros Ativos	82	82
	24.083	24.083
Benfeitorias em curso	67	67
	24.150	24.150

O intangível em curso é resultante dos investimentos correntes e de capital.

4.15.3 - Amortização do intangível:

Intangível - Amortização	Consolidado					
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2017
Direitos de concessão (b)	(23.218)	(2.048)	-	-	1	(25.265)
Direitos de subconcessão (c)	(435.366)	(63.861)	-	-	-	(499.227)
Direito contratual (d)	(4.388)	-	-	-	-	(4.388)
Direito contratual (e)	(984.429)	(348.482)	-	-	-	(1.332.911)
Direito contratual (f)	(37.000)	-	-	-	-	(37.000)
Direito contratual (g)	(162.937)	(88.266)	-	-	-	(251.203)
Softwares adquiridos	(12.498)	(2.438)	2.097	(3)	(1)	(12.843)
Imóveis	(47.401)	(10.074)	-	1.453	1.253	(54.769)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(4.453)	(2.485)	-	1.195	(1.394)	(7.137)
Equipamentos autônomos	(4.367)	(1.084)	195	2.403	(2.490)	(5.343)
Veículos	(20)	(3)	5	69	(65)	(14)
Bens administrativos/auxiliares	(2.730)	(1.053)	-	382	(377)	(3.778)
Equipamentos e aplicativos de informática	(78)	(12)	64	101	(96)	(21)
Locomotivas	(125.896)	(5.519)	-	(12.509)	13.047	(130.877)
Vagões	(116.372)	(8.428)	62	45.882	21.054	(57.802)
Via permanente	(1.211.429)	(268.466)	8.066	8.837	(30.726)	(1.493.718)
Outros Ativos	(483)	(1.430)	-	882	(206)	(1.237)
	(3.173.066)	(803.649)	10.489	48.692	-	(3.917.533)

Intangível - Amortização	Controladora		
	31/12/2016	Adições	31/12/2017
Imóveis	(4.952)	(388)	(5.340)
Bens administrativos/auxiliares	(1.119)	(449)	(1.568)
Outros Ativos	(3)	(1)	(4)
	(6.074)	(838)	(6.912)

4.15.4 - Intangível em curso:

Benefícios em curso	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	271.434	225.087
Aquisição e modernização de material rodante	35.486	19.302
Adequações sede adm. VLI	67	67
Construção e ampliação de pátios e terminais	269.074	200.822
Crédito PIS/COFINS	(1)	(1)
Equipamento de grande porte	4.086	640
Instalações administrativas e de apoio	2.289	3.824
Melhoria operação ferroviária	5.105	9.022
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	-	4.736
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	138.006	63.992
Ramal ferroviário	-	12.438
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	36.899	21.976
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	8.432	8.308
Trens turísticos - melhorias	427	1.062
	771.304	571.275

4.16 - Fornecedores e contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Fornecedores terceiros (a)	403.328	583.324	10	218
Fornecedores partes relacionadas (nota 4.7)	52.109	43.137	556	450
	455.437	626.461	566	668
Contas a pagar (b)	447.811	168.216	-	-
	447.811	168.216	-	-
Não Circulante				
Fornecedores terceiros (a)	8.586	16.075	-	-
	8.586	16.075	-	-
(a) Fornecedores terceiros				
Mercado interno	345.612	587.610	10	167
Mercado externo	66.302	11.789	-	51
	411.914	599.399	10	218

b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto às instituições financeiras ("Conveniadas").

Até 31 de dezembro de 2017 as aquisições totalizavam R\$ 447.811, sendo R\$ 342.123 com prazo entre 270 e 360 dias que foram cedidas por nossos fornecedores (junto às instituições financeiras) com taxas entre 0,99% a.m. e 0,68% a.m., sendo o último vencimento a pagar em 11/09/2018. As demais aquisições totalizavam R\$ 105.688 com prazo médio de pagamento de 90 dias.

4.17 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

4.17.1 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos Financeiros	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
FINAME	2,5%a.a. a 6,0%a.a	193.115	127.122
FINAME	TJLP+3%aa	8.368	8.653
FINEM	TJLP+2,12% a TJLP+3,32%a.a	183.983	76.769
NCE	CDI + 2,20% - CDI + 2,35%	-	161.353
CRA	95% a 103% CDI	10.157	7.161
CRI	TR+10,80% aa	36.269	36.682
NP	109% CDI	115	-
Custo de Transação		(6.400)	(3.185)
		425.607	414.555
Debêntures			
IPCA + 6,05% a IPCA + 9,0603%		24.618	25.977
Custo de Transação (Debêntures)		(2.088)	(2.019)
		22.530	23.958
Resolução nº 4.131/62	USD + 2,8688% (109,9% CDI-SWAP)	234	-
Total Circulante		448.371	438.513
Não circulante			
FINAME	2,5%a.a. a 6,0%a.a	1.007.552	1.196.923
FINAME	TJLP+3%aa	52.997	59.365
FINEM	TJLP+2,12% a TJLP+3,32%a.a	2.172.039	1.678.096
CRA	95% a 103% CDI	554.500	294.592
CRI	TR+10,80% aa	223.841	253.065
NP	109% CDI	400.000	-
Custo de Transação		(32.697)	(19.654)
		4.378.232	3.462.387
Debêntures			
IPCA + 6,05% a IPCA + 9,0603%		559.963	551.640
Custo de Transação (Debêntures)		(4.470)	(6.321)
		555.493	545.319
Resolução nº 4.131/62	USD + 2,8688% (109,9% CDI-SWAP)	318.105	-
Total não circulante		5.251.830	4.007.706
Total Empréstimos, financiamentos e debêntures		5.700.201	4.446.219

4.17.2 - Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Adição					Amortização				31/12/2017	
	31/12/2016	Principal	Juros Apropriados (*)	Varição cambial	Juros Capitalização	Custo de transação	Principal	Juros Pagos	Juros Capitalização		Custo de transação
Ultrafértil											
FINEM	1.222.214	13.614	112.792	-	74.754	-	(36.024)	(42.734)	(74.754)	-	1.269.862
DEBÊNTURES	128.670	-	14.853	-	-	-	(9.131)	(11.355)	-	-	123.037
VLI Multimodal											
FINAME	1.392.063	-	61.594	-	-	-	(126.257)	(65.368)	-	-	1.262.032
FINEM	532.652	576.125	85.774	-	18.798	-	(55.443)	(52.948)	(18.798)	-	1.086.160
CRA	301.753	260.000	48.410	-	-	-	-	(45.506)	-	-	564.657
CRI	289.747	-	30.538	-	-	-	(33.741)	(26.434)	-	-	260.110
NCE	161.353	-	3.291	-	-	-	(160.000)	(4.644)	-	-	-
NP	-	400.000	115	-	-	-	-	-	-	-	400.115
DEBÊNTURES	448.947	-	41.171	-	-	-	-	(28.574)	-	-	461.544
RESOLUÇÃO 4.131/62	-	319.994	433	(2.088)	-	-	-	-	-	-	318.339
Custo de Transação	(31.180)	-	-	-	-	(21.843)	-	-	-	7.368	(45.655)
	4.446.219	1.569.733	398.971	(2.088)	93.552	(21.843)	(420.596)	(277.563)	(93.552)	7.368	5.700.201

(*) O valor de R\$ 62.964 dos juros apropriados, decorrentes dos empréstimos, financiamentos e debêntures, no exercício de 2017 e R\$ 554 dos custos de transação amortizados no exercício, foram alocados para o ativo imobilizado.

4.17.3 - Parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	-	384.547
2019	1.148.966	687.464
2020	1.061.988	659.884
2021	668.795	586.962
2022	757.966	411.987
2023 em diante	1.614.115	1.276.862
	<u>5.251.830</u>	<u>4.007.706</u>

4.17.4 - Garantias

O Grupo concedeu garantias para parte de seus financiamentos conforme indicado no quadro abaixo:

	<u>Saldo do Financiamento em dez/17</u>	<u>Total Garantido</u>	<u>Garantias</u>
Ultrafértil			
DEBÊNTURE	123.037	123.037	Contrato de penhor de ações
VLI Multimodal			
FINAME 2012	132.296	132.296	Fiança Bancária
FINAME 2013 - 2017	1.717.093	1.717.093	Alienação fiduciária de equipamentos Cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação fiduciária de equipamentos
FINEM	248.736	248.736	
	<u>2.221.162</u>	<u>2.221.162</u>	

Avais, Fianças e Cartas de Crédito

A VLI S.A é avalista de parte significativa do endividamento do Grupo.

As cartas fianças e cartas de crédito contratadas junto às instituições financeiras estão relacionadas aos processos judiciais cíveis, fiscais, trabalhistas e tributárias, além de contratos comerciais e de empréstimos e financiamentos.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cartas Fiança	391.262	330.840
Cartas de Crédito	26.937	38.527

4.17.5 - Linhas de Crédito Não Utilizadas

Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo possuía as seguintes linhas de crédito contratadas e não desembolsadas:

	<u>Data da abertura</u>	<u>Prazo de utilização</u>	<u>Montante Total</u>	<u>Montante disponível em 31/dez/17</u>
VLI Multimodal				
FINEM	Dezembro 2016	6 anos	702.886	458.368
LINHA DE CRÉDITO ROTATIVO	Dezembro 2017	3 anos	175.000	175.000

4.17.6 - Covenants

Em 31 de dezembro de 2017 a VLI S.A. possuía os seguintes *covenants* financeiros em alguns contratos de dívida: Dívida Líquida/EBITDA (LAJIDA - Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais) e Patrimônio Líquido/Ativo Total. Não foi identificado nenhum evento de não conformidade destes *covenants* de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

4.18 - Leasing

Arrendador:	Salus Empreendimentos Logísticos S.A
Objeto:	Fornecimento de 40 (quarenta) locomotivas tipo SD40
Prazo vigência:	Novembro/2015 a outubro/2017
Condições de pagamento:	24 parcelas mensais fixas e sucessivas
Valor total contrato:	R\$ 85.416 mil
Amortização parcela mensal:	R\$ 3.559 mil
Valor total do ajuste a valor presente: (em nov/15)	R\$ 6.074 mil

Em 2017 foram pagas 10 (dez) parcelas no montante de R\$ 38.705, e o saldo em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 0 (R\$ 33.059 em 31 de dezembro de 2016).

4.19 - Tributos a recolher, tributos a recolher sobre o lucro e tributos diferidos sobre o lucro

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Tributos a recolher sobre o lucro	21.059	7.440	-	194
Total de tributos a recolher sobre o lucro	21.059	7.440	-	194
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	14.020	9.674	-	-
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	12.700	15.740	75	218
PIS, COFINS	5.593	3.814	-	9
ISS (Imposto s/ Serviços)	13.910	9.145	1	2
Total de tributos a recolher	46.223	38.373	76	229
Não circulante				
IR/CS sobre depreciação acelerada	546	494	-	-
IR/CS sobre ajustes de valores patrimoniais	37.891	17.469	-	-
Total de tributos diferidos sobre o lucro	38.437	17.963	-	-

4.20 - Obrigações sociais e trabalhistas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Salários e encargos	41.521	35.564	54	1.583
Provisão para férias e 13º Salário	34.977	25.698	-	-
Benefícios trabalhistas	12.428	7.509	-	17
Participação nos resultados	79.829	-	3.794	-
Contribuição SESI	-	17.177	-	-
Outros	2	5.126	-	-
	168.757	91.074	3.848	1.600

4.21 - Arrendamentos, concessões e subconcessão

	31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Circulante		
FCA - Malha Centro Leste		
Concessão (a)	2.287	2.320
Arrendamento (b)	43.449	44.080
	45.736	46.400
FCA - FERROBAN / Malha Paulista		
Concessão (c)	183	183
Arrendamento (d)	3.474	3.476
	3.657	3.659
(-) Créditos p/ pagamento a maior (f)		
Concessão	(575)	-
Arrendamento	(10.938)	-
Total passivo circulante	37.880	50.059
Não circulante		
FNS		
Subconcessão a pagar (e)	171.690	172.161
Total passivo não circulante	171.690	172.161
	209.570	222.220

- (a) A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2017 foram pagas 78 (setenta e oito) parcelas, sendo a 78ª parcela paga no valor de R\$ 2.287.
- (b) O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2017 foram pagas 78 (setenta e oito) parcelas, sendo a 78ª parcela paga no valor de R\$ 43.449.
- (c) A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foram estipulados pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que o Grupo vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2017 foram pagas 69 (sessenta e nove) parcelas, sendo a 69ª parcela paga no valor de R\$ 549.
- (d) O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998, com a União, no montante histórico de R\$ 230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que o Grupo vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2017 foram pagas 69 (sessenta e nove) parcelas, sendo a 69ª parcela paga no valor de R\$ 10.423.
- (e) A FNS celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a VALEC, contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia (MA) e Palmas (TO). De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo:

- primeira parcela: equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato;
- segunda parcela: correspondente a 25% do valor, paga em 4 de maio de 2009;
- terceira parcela: inicialmente seria paga em dezembro de 2009, foi postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo Governo Federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada à liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado dessa parcela de 20%, em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 171.690 (em 31 de dezembro de 2016 R\$ 172.161).

Em 08 de março de 2013 a FNS celebrou com a VALEC um Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a VALEC se compromete a autorizar a compensação do valor devido pelo Grupo com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a Ferrovia Norte Sul. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

(f) Créditos de pagamentos a maior

Trata-se de créditos apurados e reconhecidos pela AGU, em ação movida contra a União Federal (RFFSA) objetivando a revisão do cálculo de correção do montante devidos à ré referentes às parcelas de arrendamento e concessão, ao qual foi proferida sentença em favor da FCA.

4.22 - Demais passivos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Seguro responsabilidade civil (a)	260	294	-	-
Seguro risco operacional (a)	1.280	1.384	-	-
Responsabilidade civil operador portuário (a)	321	366	-	-
Seguro frota (a)	230	45	30	6
Seguro PTL (a)	2	1	-	-
Passagem de fibra ótica (c)	417	417	100	100
Utilização sistema logístico integrado (d)	1.250	1.250	-	-
Provisão para franquia de seguro (b)	22.000	34.750	-	-
Adiantamento de clientes (e)	54.159	56.159	-	-
Garantias contratuais	1.796	1.797	-	-
Demais passivos circulantes	429	2.507	100	118
	82.144	98.970	230	224
Não circulante				
Passagem de fibra ótica (c)	2.836	3.253	458	558
Utilização sistema logístico integrado (d)	21.250	22.500	-	-
Adiantamento de clientes (e)	-	26.560	-	-
	24.086	52.313	458	558
	106.230	151.283	688	782

(a) Valores dos seguros contratados para coberturas de responsabilidade civil, operacional, transportes de carga ferroviária e portuária.

(b) As controladas registraram a provisão da franquia de seguros operacionais referente a acidentes ocorridos na malha ferroviária da FCA de R\$ 12.000 e nos terminais portuários e da VLI Multimodal de R\$ 10.000.

(c) Receitas recebidas antecipadamente de aluguel da malha centro-leste da FCA, para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação e a Escritura Pública de Concessão de Direito Real de Superfície.

(d) Receitas recebidas antecipadamente com a utilização dos serviços de transbordos rodoferroviário no terminal de origem até ao terminal de destino, que será amortizada e apropriada mensalmente ao resultado pelo prazo integral do contrato celebrado com o cliente.

(e) Adiantamentos recebidos de clientes referentes a serviços de consultoria de gestão de projetos a serem prestados para Salus Infraestrutura Portuária.

4.23 - Dividendos propostos

Os dividendos foram constituídos em 31 de dezembro de 2016, conforme previsto no estatuto social do Grupo, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Em 28 de abril de 2017, através da AGO realizada, os acionistas da Ultrafertil S/A, deliberaram que, com base no orçamento de investimento de capital aprovado, os dividendos mínimos propostos serão retidos a título de reserva de retenção de lucros, visando a manutenção do equilíbrio financeiro dos fluxos de investimentos a serem executados no exercício social em curso, bem como no próximo exercício.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016	312.060	281.503	312.060	281.503
(-) Compensação de prejuízos acumulados	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício ajustado	312.060	283.865	312.060	283.865
Reserva legal - 5%	(15.603)	(14.193)	(15.603)	(14.193)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	296.457	269.672	296.457	269.672
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(74.114)	(67.418)	(74.114)	(67.418)
Dividendos 2015	-	(98.746)	-	(98.746)
Retenção de dividendos obrigatório para reserva de lucros	-	-	-	-
Parcela de dividendos dos não controladores	-	(2.418)	-	-
Dividendos propostos a pagar	(74.114)	(168.582)	(74.114)	(166.164)
Dividendos mínimos propostos	74.114	168.582	74.114	166.164
Dividendos mínimos propostos total	74.114	168.582	74.114	166.164

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de dividendos mínimos propostos para os acionistas foi de R\$ 74.114, que corresponde a R\$ 8,34 (Oito reais e trinta e quatro centavos) por lote de mil ações.

4.24 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social do Grupo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro 2016, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.069.091 representado por 8.890.790.411 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Acionistas	Ações Ordinárias	% Participação
Vale S.A.	3.342.352.803	37,59%
Brookfield Brasil Infrastructure Fundo de Investimentos em Participações	2.267.516.800	25,51%
Mitsui & Co Ltd	1.778.158.081	20,00%
FI-FGTS	1.413.854.823	15,90%
Brasil Port Holdings L.P.	88.907.904	1,00%
Totais	8.890.790.411	100,00%

b) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no exercício. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro por ação.

	<u>Controladora</u>
	<u>31/12/2017</u>
Cálculo da média ponderada	
(8.890.790.411 x 12/12)	8.890.790.411
Lucro líquido do exercício	312.060
Ações em 31 de dezembro	8.890.790.411
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil de ações R\$	35,10
	<u>31/12/2016</u>
	(reapresentado)
Cálculo da média ponderada	
(8.890.790.411 x 12/12)	8.890.790.411
Lucro líquido do exercício	281.503
Ações em 31 de dezembro	8.890.790.411
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil de ações R\$	31,66

c) Reserva de lucros

Reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos futuros previstos conforme aprovada em assembleia geral.

4.25 - Receita líquida de serviços prestados

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	3.380.283	2.974.875
Receita de utilização de pátios	3.051	4.771
Receita de estadia de vagões	3.516	3.881
Receita de aluguel de locomotivas	1.934	2.935
Receita de partilha de frete	18.249	12.807
Receita de serviços portuários	1.148.792	842.539
Receita de serviços acessórios	578.692	321.235
	<u>5.134.517</u>	<u>4.163.043</u>
Impostos sobre serviços		
ISS	(48.902)	(38.446)
ICMS	(229.450)	(198.635)
PIS	(52.711)	(60.770)
COFINS	(243.465)	(279.764)
INSS Desoneração	(36.564)	(29.974)
	<u>(611.092)</u>	<u>(607.589)</u>
	<u>4.523.425</u>	<u>3.555.454</u>
Descontos		
Descontos concedidos	(12.263)	(1.803)
Devolução de vendas - MI	(11.832)	-
Receita líquida dos serviços prestados	<u>4.499.330</u>	<u>3.553.651</u>

4.26 - Custo dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
		(reapresentado)
Pessoal	(575.853)	(441.613)
Material	(133.160)	(101.571)
Combustíveis	(451.806)	(365.155)
Serviços contratados	(332.835)	(228.010)
Serviços transportes ferroviários/portuários	(477.779)	(484.250)
Partilha de frete	(221.389)	(126.483)
Arrendamento e concessão	(209.286)	(206.367)
Depreciação	(1.081.556)	(931.891)
Tributos e taxas	(4.489)	(4.396)
Alugueis	(245.305)	(168.630)
Seguros	(37.658)	(38.525)
Utilities	(36.052)	(26.678)
Viagens	(21.754)	(21.047)
Outros	(8.671)	(28.858)
	(3.837.593)	(3.173.474)

4.27 - Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	(115.192)	(85.184)	(27.486)	(19.767)
Material	(217)	(52)	-	-
Serviços contratados	(19.409)	(25.418)	(110)	(171)
Tributos e taxas	(945)	(793)	-	-
Combustíveis	(18)	(17)	-	-
Utilities	(600)	(428)	(32)	(47)
Alugueis	(1.371)	(1.591)	-	(32)
Viagens	(4.892)	(3.760)	(663)	(503)
Outros	(11.852)	(71)	(48)	-
Seguros	(291)	(560)	(291)	(446)
Depreciação	(10.548)	(8.827)	(1.199)	-
	(165.335)	(126.701)	(29.829)	(20.966)

b) Despesas com vendas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	(10.682)	(10.902)	-	(4)
Material	(6)	(13)	-	-
Serviços contratados	(986)	(1.202)	-	(38)
Tributos e taxas	-	(161)	-	(158)
Utilities	(38)	(86)	-	-
Alugueis	(68)	(161)	-	(6)
Viagens	(664)	(735)	-	(12)
Outros	(220)	-	-	-
Depreciação	(12)	(1.467)	-	(1.420)
	(12.676)	(14.727)	-	(1.638)

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras receitas operacionais				
Venda de materiais	51.401	35.029	-	-
Venda de ativos	5.770	20.212	-	-
Compartilhamento de despesas	-	4.920	27.545	21.362
Recuperação de despesas (b)	158.967	61.179	777	-
Trem turístico	4.017	3.614	-	-
Exploração da faixa de domínio	4.093	3.866	-	-
Bônus/multas contratuais (a)	213.986	343.621	-	-
Indenizações de clientes	17.224	10.389	-	-
Aluguéis	1.127	1.550	220	295
Receita com gerenciamento de dragagem (c)	40.440	-	-	-
Outros	16.365	7.574	280	-
	513.390	491.954	28.822	21.657

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras despesas operacionais				
Tributárias	(35.651)	(39.460)	(14)	(61)
Baixa de ativos	(14.628)	(26.321)	-	-
Custo com venda de materiais	(1.992)	(7.234)	(1)	-
Participação no resultado	-	(2.636)	-	(889)
Provisão desvalorização de estoque	1.822	5.324	-	-
Perda de recebíveis	(10.262)	(3.843)	(2.166)	-
Outros gastos c/ pessoal	(2.059)	(11.915)	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	(13.253)	(2.484)	-	(7)
Multas contratuais	(30.102)	(28.142)	-	-
Trem turístico	(1.518)	(1.862)	-	-
Trem turístico-depreciação	(4.031)	(3.607)	-	-
Outras operacionais	(48.357)	(38.114)	-	1.914
Processos judiciais	(76.658)	(44.375)	(55)	(23)
Indenizações	(38.268)	(17.221)	-	-
Estimativa de perda p/ crédito de liquidação duvidosa	395	(4.327)	2.166	-
Provisão para processos judiciais	(17.583)	20.277	(50)	-
Cancelamento de vendas	(759)	-	(9)	-
	(292.904)	(205.940)	(129)	934
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	220.486	286.014	28.693	22.591

(a) Conforme cláusulas de penalidades se ocorrer descumprimentos nos quantitativos de volumes, constantes do contrato de transporte ferroviário de cargas, as partes envolvidas estarão sujeitas ao pagamento de bônus e multas compensatórias (Take or Pay).

(b) A Companhia identificou créditos fiscais provenientes dos pagamentos feitos a maior de PIS e COFINS, durante os exercícios de 2011 a 2016, decorrente das entradas fiscais de materiais e insumos necessários a sua atividade preponderante. Os registros foram feitos em 2017 nas rubricas tributos a recuperar e outras receitas operacionais no montante de R\$ 739 (controladora) e R\$ 105.937 (consolidado).

(c) Refere-se a conclusão do gerenciamento da obra de dragagem do canal de Piaçaguera em dezembro de 2017.

4.28 - Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras				
Aplicação mercado financeiro	55.445	56.998	641	4.605
Juros, taxa e multas de mora	7.102	4.439	-	-
Ajuste a valor presente	3.959	6.841	-	-
Outras receitas financeiras	7	25	-	-
	66.513	68.303	641	4.605
Despesas Financeiras				
Despesas com IOF	(885)	(597)	(1)	(3)
Despesas com seguro garantia	(3.114)	(3.877)	-	-
Encargos sobre cessão de créditos	(59)	(11.691)	-	-
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(336.007)	(213.215)	-	-
Encargos com custo de transação de empréstimos e financiamentos	(6.814)	(3.336)	-	-
Encargos por atraso	(283)	(114)	-	-
Despesas com Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(4.295)	(4.900)	(128)	(328)
Despesas com leasing	(5.645)	(3.754)	-	-
Despesas com comissão de fiança	(5.794)	(6.861)	-	-
Juros, taxas e multas	(7.811)	(5.982)	(60)	(16)
Despesa financeira - Derivativos	(4.998)	-	-	-
Ajuste a valor presente	(20.647)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(1.275)	(759)	(40)	(88)
	(397.627)	(255.086)	(229)	(435)
Receitas com variação monetária e cambial	32.251	41.250	2.109	2.446
	32.251	41.250	2.109	2.446
Resultado financeiro	(298.863)	(145.533)	2.521	6.616

4.29 - Tributos diferidos sobre o lucro

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição dos tributos diferidos ativo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda diferido		(representado)		
Provisão para devedores duvidosos	3.119	8.779	-	506
Provisão para processos judiciais	13.931	11.271	12	-
Outras provisões	27.093	12.637	1.013	24
Ajustes de exercícios anteriores	-	10.395	-	-
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	26.844	22.594	-	-
Prejuízo fiscal	103.902	103.158	1.072	1.477
	174.889	168.834	2.097	2.007
Contribuição social diferida				
Provisão para devedores duvidosos	1.123	3.169	-	192
Provisão para processos judiciais	5.014	4.056	4	-
Outras provisões	9.711	4.522	365	-
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	9.664	8.134	-	-
Base negativa	39.787	38.140	386	531
	65.299	58.021	755	723
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	240.188	226.855	2.852	2.730
Prejuízo fiscal para imposto de renda	415.606	454.210	4.288	5.902
Base negativa da contribuição social	442.082	423.781	4.288	5.902

As empresas do Grupo possuem saldos de impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal (Imposto de renda) e base de cálculo negativa. O Grupo possui expectativa de rentabilidade futura de forma a substanciar a recuperabilidade deste ativo.

A expectativa de realização dos créditos dos tributos diferidos relativo ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social e adições temporárias, ocorrerá da seguinte forma:

ANO	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	37.318	-	2.730
2018	39.043	21.368	2.852	-
2019	-	32.857	-	-
2020	28.705	34.324	-	-
2021	-	33.662	-	-
2022	-	-	-	-
2023 em diante	172.440	67.326	-	-
	240.188	226.855	2.852	2.730

Composição dos tributos diferidos passivos:

	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Imposto de renda diferido		
Depreciação acelerada	(527)	(475)
Leasing	(16.730)	-
Custo atribuído e reavaliação de ativos	(11.132)	(12.844)
	(28.389)	(13.319)
Contribuição social diferida		
Depreciação acelerada	(18)	(20)
Leasing	(6.022)	-
Custo atribuído e reavaliação de ativos	(4.008)	(4.624)
	(10.048)	(4.644)
Total	(38.437)	(17.963)
A expectativa de realização dos débitos ocorrerá da seguinte forma:		
2017	-	(2.994)
2018	(4.654)	(2.994)
2019	(4.654)	(2.994)
2020	(4.654)	(2.994)
2021	(4.654)	(2.994)
2022	(4.654)	-
2023 em diante	(15.167)	(2.993)
	(38.437)	(17.963)

(b) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são demonstrados como segue:

	Consolidado				Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ (reapresentado)	CSLL (reapresentado)	IRPJ	CSLL	IRPJ (reapresentado)	CSLL (reapresentado)
Resultado antes da tributação	405.349	405.349	379.230	379.230	313.194	313.194	280.345	280.345
Adições (exclusões) permanentes:								
Multas não dedutíveis	2.291	2.291	354	354	1	1	-	-
Despesas não dedutíveis	15.165	15.165	5.629	5.629	2.166	2.166	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	(311.809)	(311.809)	(273.742)	(273.742)
Despesas financeiras	39	39	-	-	-	-	-	-
Outras	3.447	3.671	8.381	8.605	-	-	3	3
Adições (exclusões) temporárias:								
Constituição (reversão) de provisão para processos judiciais, líquida	10.701	10.701	(20.275)	(20.275)	50	50	-	-
Constituição (reversão) de provisão para perdas de materiais, líquida	(1.815)	(1.815)	(5.635)	(5.635)	-	-	-	-
Constituição (reversão) de outras provisões, líquida	8.115	8.115	8.246	8.246	24	24	(245)	(245)
Constituição (reversão) de participação nos resultados, líquida	79.955	79.955	(97.639)	(97.639)	3.920	3.920	343	343
Constituição (reversão) de perdas de créditos, líquida	6.039	6.039	(987)	(987)	(2.166)	(2.166)	-	-
Arrendamento financeiro	(26.450)	(26.450)	-	-	-	-	-	-
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	(38.632)	(38.632)	3.578	3.578	-	-	-	-
Base de cálculo	464.204	464.428	280.882	281.106	5.380	5.380	6.704	6.704
Prejuízo fiscal e base negativa do exercício	-	-	114.069	114.069	-	-	-	-
Base de cálculo ajustada	464.204	464.428	394.951	395.175	5.380	5.380	6.704	6.704
Compensação de prejuízos fiscais	(3.712)	(3.712)	(2.011)	(2.011)	(1.614)	(1.614)	(2.011)	(2.011)
Lucro real após prejuízo fiscal	460.492	460.716	392.940	393.164	3.766	3.766	4.693	4.693
Imposto de renda e contribuição social - (alíquotas - IR 25% e CS 9%)	(114.980)	(41.465)	(98.091)	(35.385)	(917)	(339)	(1.150)	(422)
Ajustes de anos anteriores								
PAT (Programa alimentação trabalhador)	5.386	-	1.862	-	-	-	-	-
Despesas do ano corrente	(114.980)	(41.465)	(98.091)	(35.385)	(917)	(339)	(1.150)	(422)
Despesas corrente de imposto de renda e contribuição social	(109.594)	(41.465)	(96.229)	(35.385)	(917)	(339)	(1.150)	(422)
Incentivos fiscais	52.457	-	41.672	-	-	-	-	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos	5.195	1.890	245	2.152	90	32	2.007	723
Total da despesa de impostos das atividades	(51.942)	(39.575)	(54.312)	(33.233)	(827)	(307)	857	301
Alíquota efetiva total	14,82%	9,76%	14,32%	8,76%	0,26%	0,10%	0,31%	0,11%

(c) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

O Grupo é beneficiado por incentivos fiscais do imposto de renda sobre as receitas auferidas nos transportes ferroviários de carga geral efetuados a partir dos Estados do Maranhão e do Tocantins. Os Incentivos foram concedidos pelas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE até dezembro de 2018 e de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM até dezembro de 2026 e consistem no direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não-restituíveis calculados sobre o lucro da exploração.

As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação.

4.30 - Informações por segmento de negócios e receitas por área geográfica

Considerando a atual estrutura do Grupo, a Diretoria efetua sua análise do negócio, representado pela prestação de serviços de transporte de carga, sob a perspectiva geográfica, e com base em seus ativos.

As informações por segmento de negócios, e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 respectivamente, foram as seguintes:

	VLI S.A. - Consolidado	VLI S.A.	VLI Multimodal S.A.	Ferrovias Norte Sul S.A.	Ferrovias Centro Atlântica S.A.	VLI Operações Portuárias S.A.	TUF Empreendimentos e Participações S.A.	Ultrafértil S.A.
		Ferroviário/Portuário	Ferroviário/Portuário	Malha Norte	Malha Centro-Leste e Paulista	Portuário	Portuário	Portuário
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
RESULTADO								
Receita líquida dos serviços prestados	4.499.330	-	2.363.774	681.165	2.124.532	-	-	252.072
Custos e despesas	(2.489.685)	63	(1.361.340)	(297.477)	(1.540.411)	-	-	(108.277)
Depreciação e amortização	(1.096.147)	(1.199)	(680.841)	(97.679)	(349.334)	-	-	(68.446)
Despesas de arrendamento e concessão	(209.286)	-	-	-	(209.286)	-	-	-
Margem Bruta	704.212	(1.136)	321.593	286.009	25.501	-	-	75.349
Resultado financeiro	(298.863)	2.521	(239.409)	8.501	(10.902)	-	-	(59.617)
Resultado de equivalência patrimonial	-	311.809	261.733	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(143.974)	(1.134)	(32.667)	(97.689)	(7.224)	-	-	(5.207)
Incentivo fiscal	52.457	-	559	51.898	-	-	-	-
Lucro das operações continuadas	313.832	312.060	311.809	248.719	7.375	-	-	10.525
Lucro do exercício	313.832	312.060	311.809	248.719	7.375	-	-	10.525

	VLI S.A. - Consolidado	VLI S.A.	VLI Multimodal S.A.	Ferrovias Norte Sul S.A.	Ferrovias Centro Atlântica S.A.	VLI Operações Portuárias S.A.	TUF Empreendimentos e Participações S.A.	Ultrafértil S.A.
		Ferroviário/Portuário	Ferroviário/Portuário	Malha Norte	Malha Centro-Leste e Paulista	Portuário	Portuário	Portuário
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
RESULTADO								
Receita líquida dos serviços prestados	3.553.651	-	2.022.579	448.732	1.667.362	112.898	-	148.345
Custos e despesas	(1.876.728)	1.407	(1.096.126)	(172.295)	(1.214.570)	(73.934)	-	(73.337)
Depreciação e amortização	(945.792)	(1.420)	(624.203)	(91.238)	(296.141)	(2.765)	-	(24.161)
Despesas de arrendamento e concessão	(206.368)	-	-	-	(206.368)	-	-	-
Margem Bruta	524.763	(13)	302.250	185.199	(49.717)	36.199	-	50.847
Resultado financeiro	(145.533)	6.616	(204.047)	4.098	16.167	1.187	1.197	29.248
Resultado de equivalência patrimonial	-	273.742	145.172	-	-	37.038	52.855	-
Imposto de renda e contribuição social	(129.217)	1.158	(38.126)	(61.761)	7.936	(10.802)	(383)	(27.240)
Incentivo fiscal	41.672	-	434	34.439	-	6.799	-	-
Lucro (Prejuízo) das operações continuadas	291.685	281.503	205.683	161.975	(25.614)	70.421	53.669	52.855
Lucro (Prejuízo) do exercício	291.685	281.503	205.683	161.975	(25.614)	70.421	53.669	52.855

4.31 - Benefícios a Empregados

4.31.1 - Incentivos de Longo Prazo

O programa de incentivos de longo prazo para os executivos da VLI tem como principal intuito aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último iniciou-se em março de 2014, podendo ser estendido por um período de mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização da empresa neste período.

A implementação deste programa não obriga a VLI a realizá-lo nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à VLI a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

O executivo, ao aderir ao programa, deverá escolher o percentual da sua bonificação a ser investido e o nível de investimento desejado. O valor da opção do empregado e a contrapartida da empresa, em número de salários, serão transformados em UVVs. A valoração se dará a partir do crescimento do plano de negócios da VLI. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Durante o período de vigência do ciclo, os participantes não incorrerão em nenhuma despesa de administração.

Em 31 de dezembro de 2017 na VLI consolidado totalizaram o valor de R\$ 116.050 (em 31 de dezembro de 2016 R\$ 69.309). Na VLI controladora, em 31 de dezembro de 2017 totalizaram o valor de R\$ 54.681 (em 31 de dezembro de 2016 R\$ 32.850)

4.31.2 - Planos de Previdência Privada

A VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (“VALIA”), entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados que participam ou venham a participar do plano.

A Ultrafértil, por intermédio da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social (“PETROS”), mantém o plano de suplementação dos benefícios prestados pela Previdência Social, em regime de benefícios definidos, para os funcionários admitidos até setembro de 1993.

Em outubro de 2011, foi implementado um novo plano de previdência complementar (Plano Vale Mais) na VALIA, com características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença).

a) Contribuições

As despesas relacionadas às contribuições plano de contribuição definida Vale Mais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, totalizaram R\$ 9.660 (Em 31 de dezembro de 2016 R\$ 8.626).

O Grupo não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

O Grupo é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

b) Principais premissas atuariais

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Reconciliação do valor líquido de passivo (ativo) - VLI		
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(56.631)	(47.364)
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(3.644)	(4.421)
3. Resultado obrigação do benefício definido	(34.326)	71
4. Contribuição patrocinadora/pago pela empresa	(8.382)	(4.851)
5. Contribuição de Participante	(92)	(66)
6. Valor líquido do passivo / (ativo) no final do ano	<u>(103.075)</u>	<u>(56.631)</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Principais premissas atuariais		
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	9,64%	12,15%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	6,34%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,25%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,25%	6,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	12,26%	11,13%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000Basic	AT-2000Basic
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	19,5457	20,4468
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	41,5925	20,4468

4.32 - Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 as empresas do grupo VLI não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

4.32.1 - Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

a) Risco de Mercado

Considerando a natureza dos negócios e operações do Grupo, o principal fator de risco de mercado aos quais as Companhias estão expostas são preços de produtos e insumos e outros custos.

b) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 66.302 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 11.789).

O Grupo contraiu um empréstimo indexado à variação cambial. Esse instrumento foi protegido contra a variação de taxa de câmbio por meio de instrumento de swap (derivativo), trocando a indexação pela taxa de câmbio por juros indexados em percentual do CDI. A contratação e o gerenciamento do instrumento de swap foram feitos através de análise para proteção do risco cambial. A Política Financeira do Grupo veda a contratação de qualquer derivativo para fins de especulação.

A parcela referente às variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo é registrada como outros passivos financeiros.

O valor justo do instrumento de swap em aberto é o seguinte:

(R\$ MM)	31/12/2017	31/12/2016	Indexadores
Ativo (ponta ativa)	323.218	-	US\$ + 3,3750%
Passivo (ponta passiva)	328.216	-	109,90% CDI
Total de Instrumentos contratados	(4.998)	-	

Desta forma, o Grupo não está exposto à eventuais perdas por variações cambiais decorrentes deste empréstimo.

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelos contratos de empréstimos, financiamentos e Debêntures da VLI Multi e Ultrafértil, de arrendamento e concessão da FCA e subconcessão a pagar da FNS (Nota 4.20), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais do Grupo são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

4.32.2 - Análise de Sensibilidade

a) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2017.

31/12/2017				
Indexador	Taxas do final do exercício (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	6,89%	6,20%	5,51%	4,48%

(i) A taxa em 31/12/2017.

31/12/2017				
	31/12/2017	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita Financeira	55.446	49.901	44.357	36.040

b) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto no final do exercício, com risco vinculado a indexadores (TJLP, IPCA e TR).

O cenário I considera um aumento de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com aumento de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2017.

31/12/2017				
Indexador	Taxas do final do exercício (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP	7,00%	7,70%	8,40%	9,45%
TR	0,60%	0,66%	0,72%	0,81%
IPCA	2,94%	3,23%	3,53%	3,97%
CDI	6,89%	7,58%	8,27%	9,30%

(i) A taxa em 31/12/2017.

31/12/2017				
	31/12/2017	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Encargos Financeiros - TJLP	99.133	109.046	118.960	133.830
Encargos Financeiros - TR	92.188	101.407	110.626	124.454
Encargos Financeiros - IPCA	38.285	42.114	45.942	51.685
Encargos Financeiros - CDI	51.363	56.499	61.636	69.340

c) Risco de crédito

O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresenta concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber com conseqüente minimização de perdas individuais.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 34.863 no consolidado (31 de dezembro de 2016 - R\$ 35.259).

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

1. Classificação de Risco para Aplicações em Reais	2. Limite Máximo de Alocação do Caixa por Instituição Financeira	3. Limite Máximo de Alocação do Caixa por valor de Patrimônio Líquido da Instituição Financeira
Acima de brAA	45%	10%
Entre brAA- e brAA	30%	10%
Entre brA e brA+	20%	5%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros do Grupo é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes do Grupo por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e "rating" visando auxiliar o Grupo a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.700.201	4.446.219
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.410.559)	(448.084)
Dívida líquida	<u>4.289.642</u>	<u>3.998.135</u>

e) Risco operacional

A VLI S.A possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks* (Nota 4.9).

Os principais instrumentos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016 estão relacionados abaixo, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização e valor justo.

Em milhares de Reais	Valor Contábil				Valor Justo				Hierarquia
	Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Ativo									
Caixa e equivalentes de caixa									
Caixa e bancos	90.840	19.410	792	206	91.016	19.410	792	206	Nível 2
Aplicações financeiras	1.319.719	428.674	29.073	3.846	1.319.543	428.674	29.073	3.846	Nível 2
Contas a receber	706.771	639.254	-	15	706.771	639.254	-	15	Nível 2
Partes relacionadas	389.534	361.144	260	12.863	389.534	361.144	260	12.863	Nível 2
Contas a receber da RFFSA (União)	89.860	87.230	-	-	89.860	87.230	-	-	Nível 2
Outros ativos financeiros	958	-	-	-	958	-	-	-	Nível 2
	2.597.682	1.535.712	30.125	16.930	2.597.682	1.535.712	30.125	16.930	

Passivo

Empréstimos e financiamentos	5.122.178	3.876.942	-	-	5.122.178	3.876.942	-	-	Nível 2
Debentures	578.023	569.277	-	-	578.023	569.277	-	-	Nível 2
Leasing	-	33.059	-	-	-	33.059	-	-	Nível 2
Fornecedores	411.914	599.399	10	218	411.914	599.399	10	218	Nível 2
Contas a pagar	447.811	168.216	-	-	447.811	168.216	-	-	Nível 2
Partes relacionadas	52.109	43.137	556	450	52.109	43.137	556	450	Nível 2
Outros passivos financeiros	4.998	-	-	-	4.998	-	-	-	Nível 2
Arrendamento, concessões e subconcessões	209.570	222.220	-	-	209.570	222.220	-	-	Nível 2

f) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. As origens e fontes de recursos se baseiam em recursos dos acionistas e de terceiros.

4.33 - Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações financeiras, correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pelo Grupo referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e a Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	Malha Centro Leste	Malha Paulista Ferroban
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 31 de dezembro de 2017	78	69
Valor da última parcela paga		
Concessão	2.287	549 (*)
Arrendamento	43.449	10.423 (*)

(*) Parcela de responsabilidade da FCA (35,595%)

Resolução nº 4131/13 - Reinvestimentos /obras a executar

	Malha Centro Leste
Saldo Inicial - março de 2012	933.521
Saldo Atualizado - dezembro de 2017	1.332.096
Índice de atualização	IPCA
Prazo final para conclusão	agosto-2026

5 - Administração - Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Luciano Siani Pires
Presidente

Eduardo Parente Menezes
Membro do conselho

Giane Luza Zimmer Freitas
Membro do conselho

Michihiro Nose
Membro do conselho

Flávio Eduardo Arakaki
Membro do conselho

Luiz Ricardo Cursino de Moura Santos
Membro do conselho

Marcos Pinto Almeida
Membro do conselho

Diretoria

Marcello Magistrini Spinelli
Diretor-Presidente

Fabiano Bodanezi Lorenzi
Diretor

Marcus Vinícius de Faria Penteado
Diretor

Rodrigo Saba Ruggiero
Diretor

Gustavo Serrão Chaves
Diretor

Márcia Mara Chaves Resende
Gerente de Contabilidade - CRC-MG 078483/O-8

Honorio Elias de Araujo
Contador - CRC-MG 076836/O-0 "S" SP